

CADERNO DE DEBATES

Teses, Propostas e Contribuições

SINDIPETRO
CAXIAS

GREVE NACIONAL UNIFICADA

FUP

 **MAGDA,**
PETROBRÁS
É PARA O
  **POVO.**
NÃO PARA OS ACIONISTAS 

XVII
CONDOC

CONGRESSO DOS(AS) PETROLEIRAS(OS) DE DUQUE DE CAXIAS

CEPE-CAXIAS . 28 JUN . 9H . 2025

SUMÁRIO

TESE 1 - APOSENTADOS	P. 3
TESE 2 - UNIDADE CLASSISTA	P. 7
TESE 3 - RESISTÊNCIA PETROLEIRA	P. 17
TESE 4 - MOVIMENTO SINDICAL PETROLEIRO	P. 27
TESE 5 - PETROLEIROS SOCIALISTAS	P. 30
PROPOSTAS DA BASE	P. 38

XVII
CONDUC 2025



Cenário de ataques a direitos prejudica os aposentados no país. Como estão os aposentados da categoria petroleira?

Desde o mês de abril, com a deflagração da operação da Polícia Federal (PF) e da Controladoria Geral da União (CGU) [contra fraudes no INSS e descontos irregulares](#) de mensalidades de aposentados e pensionistas, realizadas em sua maioria por entidades fantasma ou de fachada criadas desde o Governo Bolsonaro, entraram na ordem do dia importantes debates relacionados às condições de vida de aposentados e pensionistas no país.

Sem dúvida alguma a questão é um tema de grande importância, visto que já ultrapassa a marca de 3 milhões o número de contestações de descontos indevidos, [segundo o presidente do INSS](#), que teriam sido realizados sem anuência dos aposentados e pensionistas. Caso sejam todos deferidos, o volume de ressarcimentos pode ultrapassar a cifra de R\$2 bilhões.

Contudo, tais debates, impulsionados pelo aspecto midiático que as investigações ganharam e da linha editorial da grande mídia, que busca impactar a credibilidade de todas as organizações de trabalhadores - sejam aposentados ou da ativa -, perdem de vista os ataques generalizados que vem sendo desferidos contra a parcela da classe trabalhadora que conseguiu se aposentar ou está em vias de garantir o acesso a esse direito.

Essa movimentação de nublar os debates gerais que afetam os interesses dos aposentados e pensionistas no país não é despropositada. O sensacionalismo midiático serve ao projeto neoliberal em curso na mesma medida em que consegue redirecionar as justas frustrações dos trabalhadores contra os seus próprios interesses. Enxergar mais além dos problemas que emergem na superfície da luta de classes, como no caso da captura de entidades e associações pela corrupção de dirigentes pelegos, é necessário para a garantia de direitos e da vida da classe trabalhadora.

Uma conjuntura de ataques contra os trabalhadores aposentados e pensionistas

O cenário do país na última década é marcado por uma sequência de ataques da classe dominante, operados por seus representantes nos parlamentos, a direitos dos trabalhadores. As contrarreformas trabalhista (2017) e da previdência (2019), a lei de terceirização (2017) e a imposição da lógica austeridade/ajuste fiscal permanente sobre as contas públicas, que ganhou força desde 2015, são alguns dos marcos mais lembrados do que foi implementado pela agenda da burguesia no que se refere a direitos sociais e trabalhistas no país nos últimos anos.

A política de ajuste fiscal permanente tem como seus maiores marcos institucionais recentes, em termos de relevância, o Teto de Gastos (EC 95/2016), aprovado sob o Governo Temer, e o Novo Arcabouço Fiscal (PLP 93/2023), do Governo Lula. O NAF foi apresentado enquanto substituto “mais racional e sustentável”, em relação ao antigo Teto de Gastos, pois permite a continuidade, de forma mais perene, da mesma [agenda de aprofundamento da política econômica fiscalista](#), que estrangula os gastos sociais no orçamento público e limita o acesso a direitos sociais enquanto privilegia as despesas financeiras, particularmente o pagamento de juros da dívida pública aos grandes rentistas.

A limitação orçamentária já vem impondo uma barreira objetiva à garantia de acesso a benefícios sociais e reforça o estrangulamento do orçamento destinado à previdência dos trabalhadores em geral. No caso dos aposentados isso se traduz em ataques bastante objetivos, para além dos efeitos danosos da contrarreforma da previdência de 2019 que alterou as idades mínimas para a aposentadoria e estendeu o tempo de contribuição geral.

É em decorrência da lógica de ajuste fiscal permanente que ressurgem ano após ano propostas de cortes e limitações no Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinado a idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade econômica, e de desvinculação do salário mínimo da aposentadoria. Ambos os elementos aparecem, sempre com destacada relevância, nas especulações sobre os “esforços necessários de austeridade” a serem impostos, pela classe dominante, aos trabalhadores aposentados.

A derrota mais recente, que afeta frontalmente todos os aposentados que recebem 1 (hum) salário mínimo e os que recebem o BPC, se deu com a aprovação por Lula da limitação do aumento do salário mínimo até o ano de 2030. Pela nova regra do salário mínimo, sancionada ao final de 2024, todo reajuste só poderá se dar dentro de um teto limitado a 2,5% acima da inflação. O maior “esforço” nos cortes, [representando cerca de 1/3 do total](#), recaiu sobre esse ponto, tornando os aposentados, pensionistas e beneficiados por programas sociais vinculados ao salário mínimo os maiores atingidos pelo pacote apresentado pelo Ministro da Economia, Fernando Haddad.

Logo após esse ataque, setores da classe dominante, que tem amplo espaço na grande mídia, retomaram a carga de ataques pela desvinculação do salário mínimo, agora já com o teto limitado de crescimento, da previdência. Essa desvinculação, já projetada como novo passo no processo de ataques contra os trabalhadores, fará com que os trabalhadores aposentados passem a ganhar valores menores do que o salário mínimo.

A austeridade fiscal vem reforçando esse cenário de achatamento do salário mínimo, que sob o Governo Bolsonaro já havia ficado sem reajustes reais, e amplia também um [problema histórico do caso brasileiro nas defasagens salariais sobre os benefícios dos aposentados](#) que ganham acima do piso.

Nas últimas décadas as perdas acumuladas para essa parcela da população vinham se dando, enquanto regra geral, em decorrência da discrepância entre o reajuste dos benefícios pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e os reajustes reais que vinham sendo concedidos ao piso dos salários. A tendência para essa parcela da população brasileira torna-se, portanto, uma convergência das aposentadorias em direção ao piso, rebaixando as condições de vida e o poder de compra de quem se aposenta.

Há ainda questões relativas à subida dos gastos com remédios, por problemas de saúde, com moradia, alimentação e do custo de vida em geral, o que eleva os índices de endividamento da população com mais de 60 anos. Dados do Serasa acerca da inadimplência no Brasil apontam que [16,9% do total de inadimplentes no país tem 60 anos ou mais](#), ou seja, aproximadamente 10 milhões de aposentados estão negativados.

Boa parte dessas dívidas são contraídas em decorrência de práticas abusivas do sistema bancário brasileiro na concessão de empréstimos consignados e crédito “fácil”, como aponta o dado do INSS que demonstra que do total de 23 milhões de aposentadorias, cerca de [10 milhões tem empréstimos consignados](#) atrelados ao pagamento das mesmas. É nesse cenário que alguns especialistas apontam o [superendividamento](#) - lido aqui como um nível de endividamento que passa a comprometer os custos básicos de sobrevivência - como um problema social que afeta ainda mais a parcela de trabalhadores com mais de 60 anos no país.

A situação particular dos petroleiros aposentados em meio a esses ataques

É sob os ventos dessa conjuntura que as lutas dos petroleiros aposentados vêm se dando nos últimos anos. Em que pesem diferenças de ganhos e benefícios, que são fruto de décadas de lutas da categoria petroleira, para outras categorias em particular, o cenário também é de precarização intensa das condições de vida. Embates que envolvem questões da previdência, defasagens salariais e de benefícios, além de aumento do custo de vida e com questões de saúde gerais são sentidos por todos e todas da parcela da categoria que conseguiu se aposentar.

Nas defasagens salariais, um [estudo de 2024, encomendado pela FNP](#) e produzido pelo Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (Ibeps), demonstrou uma discrepância, considerado o período de 2007-2023, de 43,1% entre os aposentados do Plano Petros do Sistema Petrobras – Não-Repactuados (PPSP-NR) em relação aos trabalhadores da ativa. No caso dos aposentados do Plano Petros do Sistema Petrobras-Repactuados (PPSP-R), a defasagem era de 37,6% com o pessoal da ativa.

Está na origem dessa defasagem a desvinculação dos benefícios dos aposentados com o reajuste da ativa, ocorrido com a repactuação na Petros, mas também os reajustes diferenciados decorrentes da criação da Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR), em 2007. Soma-se a isso que os aposentados do PPSP-NR também acumulavam defasagem de 4% em decorrência de reajustes baseados no INPC no mesmo período.

Os esforços da empresa e dos governos, rendidos aos interesses de acionistas, se direcionam, de forma sistemática, para dividir as forças da categoria entre interesses específicos de aposentados, pensionistas e

trabalhadores da ativa. Questões como gratificações, abonos e a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) são tratadas de forma diferenciada enquanto um método de gestão da Petrobras no “saneamento” de dívidas e amplificação de “resultados” que beneficiam apenas os acionistas, enquanto dividem a categoria e amplificam o cenário de defasagem sobre os aposentados.

Outro elemento central para os petroleiros é a questão da previdência complementar, sob responsabilidade da Petros, e que vem gerando transtornos históricos para a categoria. Criada em 1970, a Petros é criada com o objetivo de garantir aos assistidos a complementação das aposentadorias. Contudo, a partir das variações de políticas de gestão da Petrobras, decorrentes de mudanças conjunturais ou da aplicação de políticas privatistas de governos das últimas 3 décadas, foram gerados desequilíbrios nas receitas da empresa, que se utilizou de recursos que deveriam ser destinados ao fundo de previdência complementar dos trabalhadores para reequilibrar questões financeiras da própria estatal. Com isso teve início a incidência de déficits técnicos na Petros que passaram a atingir os trabalhadores.

A forma sob a qual esse impacto se deu sobre os aposentados e trabalhadores da ativa, nas últimas décadas, foram os recorrentes descontos extraordinários nos planos de equacionamento de déficits (PED) da Petros. No caso dos aposentados, intensifica-se o ataque em meio ao acúmulo de defasagens e desvinculação dos benefícios recebidos pelo pessoal da ativa. Diversas foram as denúncias, nos últimos anos, de descontos abusivos nos contracheques, que chegavam a colocar em risco a sobrevivência dos aposentados. Em decorrência disso, a categoria passou a denominar os planos de equacionamento da Petros como PEDs assassinos.

Na questão da saúde do trabalhador, o avanço da precarização da assistência médica supletiva na Petrobras também ganha destaque para a situação atual dos petroleiros aposentados. A Petrobras, que antes gerenciava diretamente os convênios médicos e odontológicos, terceirizou esse setor da empresa. Com a terceirização da contratação dos convênios com redes de hospitais, clínicas e profissionais de saúde, a qualidade do serviço prestado a toda a categoria caiu.

Ao mesmo tempo em que a categoria passou a pagar mais pela contratação do mesmo serviço, em decorrência da “intermediação” operada na terceirização, os profissionais contratados também passaram a ganhar menos. Os lucros da terceirização impulsionam a precarização sentida nas duas “pontas” da relação entre profissional da saúde e paciente.

Ir ao combate em unidade para arrancar vitórias

É a partir de um conhecimento aprofundado não apenas do cenário geral da classe trabalhadora e das lutas que a mesma desenvolve, mas também das particularidades da sua parcela de aposentados e pensionistas que a categoria petroleira pode conseguir avançar para amplificar e unificar suas lutas particulares em lutas gerais dos trabalhadores.

As lutas pela reversão das privatizações na Petrobras, em direção ao fortalecimento da mesma como empresa 100% estatal, fortalecem as condições de luta também em questões econômicas, como na luta contra as defasagens salariais e pelo fim dos PEDs. É necessário combater as propostas da empresa que buscam dividir a categoria e fortalecer os espaços e instrumentos de luta dos petroleiros em negociações, greves, fóruns de discussão, grupos de trabalho e etc.

A defesa da previdência dos trabalhadores, bem como das suas condições de vida e de poder de consumo, é uma luta a ser encampada por toda a categoria. Essas são lutas unitárias, pois os trabalhadores da ativa de hoje serão os aposentados e pensionistas de amanhã. A respostas dos aposentados, pensionistas e pessoal da ativa contra o sistema que precariza suas condições de vida e de trabalho para beneficiar os lucros e dividendos de um punhado de rentistas deve ser a de aprofundar a organização da categoria para, no combate por seus direitos, arrancar vitórias nas lutas econômicas e políticas de toda a classe.

Proposta dos Aposentados

- Pelo fim do equacionamento da Petros; PED Assassino;
- Pelo fim do reajuste salarial em cima da RMNR;
- Petrobras pague suas dívidas com a Petros;
- Pelo fim dos planos. Que a Petrobras substitua o plano PP2 e PP3 pelo PP1.
- Que a Petrobras atenda todas as premissas do fórum em defesa dos participantes da Petros.

Breves apontamentos sobre a conjuntura da história recente

A crise sistêmica do capitalismo mundial e o enfraquecimento do bloco imperialista Atlantista tem se manifestado no acirramento do militarismo; na piora das condições de vida da classe trabalhadora e no aumento da violência do estado contra essa; no aumento da miséria e do desemprego; nos ataques aos direitos e conquistas sociais da maioria da população; no aumento dos ataques a maiorias oprimidas; numa absurda e crescente acumulação de renda nas mãos de poucos monopólios; na multiplicação de privatizações que caracterizam uma verdadeira rapinagem do bem público; e no avanço acelerado da fascistização do cenário político através de uma onda conservadora em diversos aspectos: morais, ideológicos, eleitorais, jurídicos e econômicos.

Dentro dessa situação, a ofensiva global da burguesia contra os trabalhadores e a total falha de governos de conciliação de classes de resolver as mais latentes demandas da maioria da população colocam em xeque e expõem as contradições e limites desses projetos reformistas e social-liberais.

A crise atualmente enfrentada por vários países da América Latina que experimentam/experimentaram governos do “campo progressista” demonstra esse limite da busca em atender a necessidades reais da população sem, no entanto, romper (nem ao menos buscar um enfrentamento) com o sistema capitalista.

A crise econômica e social e do capitalismo pós 2008 chegou, ainda que tardiamente, ao Brasil. Seus efeitos, sensíveis a partir de 2013, acentuaram a crise do modelo de conciliação petista.

Nesse contexto, a burguesia brasileira, querendo recompor suas taxas de lucro, cobrava um ajuste fiscal e social ao Partido dos Trabalhadores que, devido às suas bases sociais, não estava em condições de realizar na velocidade e profundidade que o dito “mercado” estava exigindo. Foi nessa conjuntura que as classes dominantes organizaram o golpe na então presidente Dilma e a Operação Lava Jato, orquestrados em um conluio de uma ampla maioria do legislativo, do judiciário e de órgãos de segurança pública, além dos grandes meios de comunicação, todos esses com posições-chaves ocupadas por integrantes da frente empresarial e ultraliberal que se formou no Brasil. Uma grande orquestração sob a regência do fiador do golpe: o imperialismo estadunidense.^t

Vale fazer uma ressalva de que o governo Dilma já vinha fazendo concessões devido à pressão da oposição política desde as manifestações de junho de 2013, pela vitória apertada nas eleições de 2014 e pressionada pela farsa que foi a Operação Lava Jato e todo o aparato de fake news midiáticas montado para enfraquecer o governo. Assim, o projeto petista, em vez de apostar em uma forte mobilização da população para garantir a aplicação de uma política popular, acabou por ceder e fazer uma política rebaixada, entregando um ajuste fiscal totalmente antipopular com o banqueiro Joaquim Levy no Ministério da Fazenda. Assim, o povo trabalhador brasileiro desmobilizado se viu vítima da estratégia do PT em tentar conciliar interesses inconciliáveis, o que facilitou para a burguesia descartar o governo petista sem qualquer resistência e abrir caminho para a ascensão do viés ultraliberal e fascista que veio a governar o país nos anos seguintes, com Temer e Bolsonaro.

Assim, o projeto neoliberal praticou sua mais intensa ofensiva após o golpe de 2016, com o projeto “Ponte para o Futuro” do governo Temer, e adquiriu mais força política e eleitoral quando a burguesia brasileira sobrou apoiar a candidatura de Bolsonaro em 2018, devido ao fracasso eleitoral de seu representante orgânico - o PSDB, representado na candidatura de Geraldo Alckmin (atual vice-presidente da República).

Como segundo movimento do golpe, entraram em cena Sérgio Moro e Deltan Dallagnol que, sob orientação estadunidense, retiraram Lula da disputa que liderava e o colocaram na cadeia de maneira totalmente ilegal, injusta e arbitrária para garantir a vitória de Bolsonaro. Abriram caminho para que fosse iniciado um genocídio aberto contra as classes dominadas. O conluio da ala de Curitiba se consolida com a promoção de Moro a “superministro” e com as promessas públicas de indicação ao STF.

Entender Bolsonaro e o bolsonarismo como se fosse um fenômeno à parte do sistema político do país, isto é, algo fora de um projeto político-econômico de classe e fruto meramente de um reacionarismo populista organizado, é uma das razões que dificultam o enfrentamento e a derrota em definitivo desse projeto inimigo da nossa classe. Também faz parte dessa incompreensão as causas políticas, econômicas e sociais que proporcionaram a emergência do bolsonarismo, causas estas que estão ligadas de forma íntima à crise brasileira.

Ao analisarmos o fenômeno saindo dessa visão despolitizante, conseguimos compreender o bolsonarismo

como ele é: uma radicalização de um projeto neoliberal de destruição dos direitos sociais, desmonte e privatização dos aparelhos do Estado, tudo isso em aliança com os conglomerados de capitais internacionais e com o militarismo sedento por se reapoderar da máquina estatal.

A aliança entre Bolsonaro e Paulo Guedes – um liberal da escola de Chicago com passagem pela ditadura chilena de Pinochet – representou o apoio das classes dominantes brasileiras a um projeto fascista e reacionário pela continuação da agenda as contrarreformas neoliberais no nosso país.

Isso evidencia a relação de continuidade entre os governos Temer e Bolsonaro, explicitada pela implementação de diversos ataques aos direitos da classe trabalhadora e aos aparatos estatais. Os expoentes dessa guinada ultraliberal foram as Reformas Trabalhista e da Previdência, o Teto de Gastos, a institucionalização da subserviência do Banco Central às elites financeiras, a privatização da Eletrobrás e o desmonte da Petrobrás. Ressalta-se que todos esses desmontes tiveram não só o suporte como o protagonismo dos partidos da direita tradicional – apelidados pela mídia burguesa de “Centro Democrático”.

Estes quatro anos de governo Bolsonaro foram o que ele sempre prometeu: anos de paraíso para as classes exploradoras. O povo brasileiro recebeu exatamente o contrário, anos horríveis e de tragédia para a grande maioria. Um massacre causado por doença, fome, e muito chumbo, da violência urbana, do genocídio preto, indígena e periférico, aumento dos feminicídios e dos crimes de ódio, além de uma completa devastação do meio ambiente. O governo Bolsonaro- Guedes foi o principal responsável pelas mais de 700 mil mortes por covid, fazendo propaganda escancarada de medicamentos ineficazes e sem comprovação científica, tudo isso enquanto atrasava a compra de vacinas para a população. Não usamos meias palavras: Bolsonaro e a burguesia brasileira operaram a morte da população enquanto enchiam seus bolsos com a nossa desgraça

Nisso, entramos na disputada eleição de 2022. Não podemos deixar de saudar o que foi um grande alívio a vitória eleitoral em cima do neofascismo brasileiro, no entanto não podemos cair na ilusão de considerar que a derrota da extrema direita foi mais do que o que realmente foi: uma vitória eleitoral que não significa uma derrota definitiva das forças políticas que o fascismo à brasileira tem. O inimigo foi – parcialmente – derrotado nas urnas, mas continua com um amplo apoio de variados setores da burguesia, especialmente do agronegócio e do sistema financeiro, de boa parte das Forças Armadas e das polícias, de camadas médias e camadas populares vítimas de propaganda antipetista dos monopólios de mídia, além de um forte apoio no Congresso Nacional e entre governadores de estados.

Para além disso, o governo Lula vem se apresentando de forma rebaixada e desmobilizadora. A despeito dos exemplos de Claudia Sheinbaum no México e de Gustavo Petro na Colômbia, o presidente brasileiro não se utiliza dos megafones da presidência para conclamar o povo às disputas políticas. Convocações de cadeias nacionais de comunicação

são escassas e a política de cúpula segue sendo privilegiada. Do ponto de vista da gestão econômica, a pedra fundamental é o liberalismo de Fernando Haddad. O ministro segue abraçado à lógica de auteridade seguindo a cartilha do Consenso de Washington.

Na busca por zerar o Déficit Primário, Haddad – munido do Novo Arcabouço Fiscal – vem atacando diretamente marcos civilizatórios como o BPC enquanto sinaliza aos “Deuses do Mercado” que as próximas vítimas serão os Pisos da Saúde e Educação. Além das promessas de cortes, o governo tem se mostrado tímido perante projetos de investimento e Desenvolvimento Nacional. São medidas como essas que revelam a degeneração de um projeto Social Democrata, em prol do neoliberalismo. Em um país em franca desindustrialização e com dificuldades de criar empregos formais, as consequências nefastas dessa política econômica criam as bases sociais para novas ascensões do movimento fascista.

Na nossa categoria, anos de gestão sob o comando do PT geraram um processo de apassivamento, com reposições salariais graduais mediante acordos de cúpula com o governo, sem um trabalho de organização e luta da categoria para avançar em conquistas mais profundas, gerando uma domesticação do sindicalismo (um dos motivos de os sindicatos deverem estar sempre à esquerda do governo de plantão, qualquer que seja). Esse mesmo período se caracterizou por gestões eivadas de contradições:

Por um lado e em alguns momentos, preservavam o caráter estatal da Petrobrás, com abertura de concursos, valorização relativa de salários e benefícios, marco regulatório do Pré-Sal – distante do ideal, mas muito melhor que o regime de concessões –, elevação considerável dos investimentos, permitindo a descoberta do Pré-Sal e expansão do parque de refino, fatos que tornaram o Brasil superavitário no saldo de produção e consumo de hidrocarbonetos.

Mas por outro lado cediam ao ímpeto privatista. Como pelo fato de ampliar demasiadamente a terceirização, privatizar boa parte dos nossos ativos, como a Gaspetro, efetuar leilões do Pré Sal – a exemplo de Libra –,

e iniciar o desmonte e entrega da BR Distribuidora. Este processo culminou em dilapidar a legislação do Pré-Sal, num vergonhoso acordo entre Dilma e Serra que permitiu retirar a Petrobrás como operadora única dessa província e aumentar sem limites o percentual de participação de petrolíferas estrangeiras ou privadas, sem contar a continuidade da prática de loteamento das diretorias da companhia para garantir alianças políticas mas que serviam a interesses escusos particulares e perigoso endividamento em moeda estrangeira, tornando a gestão cada vez mais refém de interesses de setores financeiros.

O período pós golpe, iniciado pelo governo Temer e seguido por Bolsonaro, foi de acelerada privatização e ataques aos direitos conquistados pelos trabalhadores. Este período ultraliberal viu a Petrobrás desferir contra a população brasileira um dos maiores crimes de lesa pátria da história recente do Brasil, aplicando aos preços dos combustíveis a política de Preço de Paridade de Importação (PPI).

A importância da Petrobrás não pode ser subestimada, tampouco pode ser esquecido seu potencial indutor de desenvolvimento econômico e enormes externalidades positivas para a economia popular como um todo. É importante não esquecer como historicamente os oligopólios de mídia, a burguesia nacional subserviente e os capitais transnacionais trabalharam incansavelmente para que a empresa nem nascesse. E agora clamam ininterruptamente pelo esquiteamento e entrega da Petrobrás aos acionistas estrangeiros em nome de uma competitividade sistêmica que nunca chegou.

A intenção dos fundos de investimento que se apoderaram da Petrobrás, ao contrário, é extrair a maior quantidade de lucro no menor prazo possível. Para isso precisam elevar a renda petroleira, aumentando a receita bruta, que se faz elevando os preços conforme o preço de importação, e reduzindo os custos. E os custos variáveis mais fáceis de prescindir são aqueles relacionados ao trabalhador. Para isso serve também a reforma trabalhista, para esmagar ainda mais os custos e criar superlucros, todos extraídos do sangue e suor do trabalhador para alguns fundos de investimento e seus rentistas no Brasil.

Os anos sob os governos Temer e Bolsonaro foram de guerra declarada entre a administração da Petrobrás (totalmente entregue ao mercado) e os trabalhadores, aposentados e pensionistas. A empresa terceirizou a gestão do plano de saúde, aumentou pesadamente o custo para o usuário e deixou sua cobertura seriamente comprometida. Os fundos de pensão ligados à empresa foram totalmente desestruturados, mal administrados e sob forte suspeita de má fé. Os salários com seu poder de compra fartamente depreciado pela inflação. Com reajustes abaixo da inflação, ou às vezes reajuste algum. Assédio, perseguição etc. foram marcas registradas do que a empresa se tornou para o seu empregado.

A eleição de Lula em 2022 levou esperança a setores importantes da categoria. No entanto, as consequências de um governo submetido aos interesses da burguesia logo se impuseram sobre a empresa. Destaca-se como primeira inflexão o ACT rebaixado de 2023. O acordo incorporou reajustes modestos e ignorou pautas relevantes para a categoria, como o Teletrabalho. Qualquer ilusão de uma direção alinhada com os interesses dos trabalhadores foi suplantada durante a gestão de Magda Chambriard – marcada pela ingerência sobre setores técnicos e decisões arbitrárias. As pretensões de popularidade da presidente foram descartadas com a alteração autoritária do modelo de trabalho híbrido e a redução dos valores distribuídos como PLR.

Por isso tudo, é claro para a UC que não basta que votemos corretamente nas eleições e que os abutres dos capitais internacionais vão se organizar para apropriar parcelas crescentes da nossa vultosa renda petroleira. Qual o poder que Lula efetivamente tem dentro dessa conjuntura? E quanto ele estaria inclinado a arcar em prol da nossa luta? Qual será o preço a pagar pela soberania interna e no trato da política externa? Os desafios que se apresentam aos petroleiros, para além daqueles mais diretamente conectados com os ganhos pessoais, são maiores do que quaisquer um já vistos. Desde as mudanças climáticas que prometem verdadeiras hecatombes nesse século, até mesmo a crise profunda em que se encontra o capitalismo. Os trabalhadores da Petrobrás, se querem ter os direitos, terão que arrastar toda a classe trabalhadora brasileira para um novo estágio de desenvolvimento e de distribuição de recursos. Somente desta forma e administrando diretamente a empresa e pontos-chaves da economia, poderemos superar essa complicada situação.

O terceiro mandato de Lula se apresentou, a princípio, como ponto de inflexão no diálogo com a categoria para a construção de soluções de pautas urgentes, como Teletrabalho, Plano de Cargos, redução de terceirizações e reversão de privatizações. O resultado destas construções, porém tem sido decepcionantes. Além de avanços insuficientes, pautas como teletrabalho sofreram graves revezes.

Sabemos que não será apenas aguardando as instituições que sairemos vitoriosos. Precisamos da união dos trabalhadores pelos trabalhadores independente de empresa e representação sindical. É fundamental que o movimento petroleiro organizado pressione o governo para uma guinada à esquerda que responda às demandas da categoria e da população.

Socialismo ou Barbárie

Esse século parece colocar em tensão máxima as contradições entre as potências capitalistas e as nações subjugadas. Nações outrora de joelhos, como a China, ameaçam o monopólio da supremacia representada pela OTAN. O prognóstico desse enfrentamento não nos parece muito bom. Desde um inverno nuclear até novas pandemias espreitam nosso futuro. Nesse cenário futuro tão sombrio, parece à Unidade Classista que somente o Poder Popular, a revolução social encabeçada pelas classes expropriadas, podem munir o Brasil de forças para enfrentar os desafios externos e internos.

Anistia para os perseguidos pela ditadura

Antes de tudo anistia é um ato político que só é conquistado por trabalhadores organizados através da luta de classes. Compreender esse princípio é mergulhar na intimidade do ser humano, na mais profunda contradição do poder que se estabelece em algum momento das nossas vidas. Aprender com as lições do regime ditatorial imposto no Brasil em 1964 pelos militares é um exemplo desse exercício e um desafio para todos brasileiros que valorizam a liberdade, cultivam o respeito mútuo, abominam o racismo, a ignorância, o medo, o ódio, os preconceitos sociais e que preservam também a memória daqueles anos de chumbo que assombraram todo país especialmente aos trabalhadores. Portanto o movimento pela anistia, ampla, geral e irrestrita nos levou a entender o que representou o atraso de toda sociedade brasileira com o cabresto imposto pelo regime militar durante mais de duas décadas.

Anistia pressupõe amnésia? Como se sabe a anistia foi uma das bandeiras de luta das oposições ao regime militar instaurado no Brasil em 1964, entretanto a lei 6683/79 concedeu a anistia para os seus opositores, foi também, uma “autoanistia” do regime militar, particularmente dos seus agentes de repressão. O texto dessa lei foi aprovado sem consenso, e aí nossa primeira grande lição, os militares abriram o país para a democracia, mas habituados com o poder, influenciavam o Congresso com o medo de poderem voltar a qualquer momento fato esse que colocou em xeque a maioria dos parlamentares que aceitaram suas limitações e votaram com eles. Esse aspecto relatado está registrado nos anais do Congresso Nacional como explica a citação de Skidmore “O movimento pró-anistia (...) não estava satisfeito com a nova lei. Queria que fosse chamada a responsabilidade os que deram sumiço a 197 brasileiros que se acreditava terem sido assassinados pelas forças de segurança desde 1964”, uma capitulação dos parlamentares, pois o país ainda vivia sob a repressão, a lei promulgada em 1979 não foi a que o povo desejava, parcial e restrita, cometeu injustiças e discriminações odiosas e incompatíveis com a ideia de anistia, mas foi uma vitória do povo mesmo assim porque incorporaram à vida ativa da nação, trabalhadores punidos pela ditadura, seus sofrimentos e experiências contribuiriam para a construção de um país melhor.

No caso da Petrobras os trabalhadores à época de 64 que foram demitidos e torturados, amargaram um longo período longe dos seus sonhos de ver uma empresa cem por cento Estatal sob o controle dos trabalhadores. Muitos foram anistiados pela lei 6683/79 que não atendia na totalidade a necessidade dos trabalhadores e mais tarde muitos deles foram contemplados na lei 10559/2002 que ampliou os direitos políticos e administrativos dos anistiados. Anistia é luta renhida, prova disso é a continuação das lutas dentro da Petrobras por uma empresa voltada para as necessidades dos brasileiros. Os inimigos do monopólio estatal do petróleo não deram tréguas no seu objetivo de entregar a riqueza produzida pelos trabalhadores e dificultavam ao máximo as mobilizações dos trabalhadores que produziram demissões por justa causa e suspensões que visavam afastar os trabalhadores do seu objetivo. Houve mobilizações dentro do período militar de raras greves como na Bahia, Cubatão e Rio de Janeiro e novas demissões foram registradas em 1983. Bom constar que a lei 6683 contemplou as punições de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979 e a lei 10559/02 instituiu a Comissão de Anistia e regulamentou o regime do anistiado político no período de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988 por motivação exclusivamente política. Logo os punidos nas greves de 1983 deveriam ser contemplados pela lei 10559. Daí adiante os governos brasileiros capitulavam na geopolítica internacional que ameaçavam o monopólio estatal do petróleo exercido pela Petrobras até que o presidente FHC derrubou a lei 2004, lei da criação da Petrobras, novas lutas foram travadas e novas punições também aconteceram. Em Duque de Caxias houve greve pela redução da jornada do turno ininterrupto de revezamento de oito horas para seis horas trabalhadas e mais demissões aconteceram, houve privatizações de algumas unidades da Petrobrás com milhares de demissões, a entrega de empresas subsidiárias como a Petroquisa e muitas outras que geravam desemprego e o avanço da privatização da empresa que culminou com a greve de 1995, grande greve Nacional do sistema Petrobras gerando novas demissões e punições. A lei de anistia foi atualizada para atender as demandas criadas pelas gestões da empresa e que não se tem controle das punições, até que a empresa atendeu pleito dos trabalhadores e inscreveu no Acordo Coletivo de Trabalho a chamada Comissão Paritária de Anistia que visava atender as demandas criadas pela própria

empresa. Entretanto, nossa luta continua, não só por aqueles

torturados e vexados pela ditadura, como também aqueles que foram tratorizadas pelo rolo compressor neoliberal que se instaurou com o chamado fim da história (Assim cunhado por Francis Fukuyama). Milhares de petroleiros perderam seus empregos com as privatizações da nova república. Grandes fatias, as vezes subsidiária inteiras, foram praticamente doadas aos poderes imperialistas que rapidamente achataram seus custos aos custos dos trabalhadores, e inflou suas receitas às custas do consumidor brasileiro.

“Aquele que não acredita na política, não acredita na vida” dizia Ulisses Guimarães e dentre as formas de luta do movimento popular a luta pela Anistia terá sempre espaço nas pautas dos trabalhadores organizados que reivindicam melhores condições de vida e trabalho, salário justo, jornadas de trabalho menores e mais folgas para formarem os filhos, contra o desemprego, contra a exploração de quem produz riquezas com seu trabalho, pelo fim das condições análogas à escravidão, por aposentadoria digna e de qualidade, pois toda demissão foi consequência de pleitos políticos não atendidos pelos patrões. Anistia não é dádiva sim conquista. Nossa proposta é que se reinscreva no Acordo Coletivo de Trabalho um item que atenda o reconhecimento dos abusos praticados pela empresa e puniu os trabalhadores injustamente.

Os Aposentados, a Conjuntura Nacional e a Petrobras

Depois de vários anos de ataques intensos à Democracia, o povo trabalhador brasileiro precisa resgatar as perdas dos direitos duramente conquistados ao longo da existência da República Brasileira. O modelo neoliberal de governo foi um desastre em todos os setores das organizações populares e instituições democráticas. As privatizações no setor petrolífero quase arrasaram a PETROBRAS, junto com a política de preços dos combustíveis atrelada ao mercado internacional, entrega de plataformas, de refinarias, de fábricas de fertilizantes, gasodutos, entrega da PETROBRAS DISTRIBUIDORA que oneraram sobremaneira os preços dos combustíveis e o gás de cozinha, aumentando desgraçadamente o desemprego, congelando e achatando os salários dos trabalhadores e os benefícios dos aposentados e pensionistas

A pandemia ajudou nossos algozes ao eliminar milhares de nós, como o episódio da compra das vacinas aonde o governo federal interveio com atraso na aquisição das mesmas, a compra de oxigênio para a região norte, uma política negacionista e genocida, mas atravessamos com dificuldades a tormenta e seguimos nosso caminho. O país venceu o medo, está vencendo o ódio. As mentiras estão caindo uma por uma. A pior delas, a da “PETROBRAS QUEBRADA”, estava se transformando num mantra para justificar a privatização da empresa a qualquer custo. Essa política desastrosa tem reflexo direto no salário dos petroleiros e no benefício pago aos aposentados e pensionistas. No caso específico dos aposentados e pensionistas acusamos grave violação dos Direitos Humanos quando a PETROBRAS resolve assediar o movimento sindical com a mudança nos Estatutos da PETROS sob pena de demissões da sua força de trabalho, com claro objetivo de “enxugar” os direitos conquistados pelos trabalhadores no sentido de agradar o mercado e acionistas numa futura privatização.

Isso resultou numa baixa qualidade do plano de saúde (AMS), com implantação, a contra gosto dos assistidos, ao adotar uma empresa privada para cuidar desse serviço que era bom e agora está péssimo, afetando até o atendimento ao trabalhador aposentado que era presencial e por conta da COVID está sendo “on line”, o que atrasa os procedimentos dos trabalhadores que paga suas mensalidades desde sua admissão e não paga pouco. Não satisfeita com isso a PETROBRAS aproveitando as mudanças dos Estatutos adotou uma política do custeio do plano de saúde onde a margem de descontos nos holerites dos assistidos que era de 13% aumentou para 30%, aumentou o VCMH (variação dos custos médicos e hospitalares), separou as massas de trabalhadores e assistidos e os planos de previdência complementar: PPSP-R, PPSP-NR, PP2, PP3 e implantou descontos extraordinários para superar os Déficits Técnicos apresentados pelos planos de previdência, os chamados PED's (planos de equacionamento de déficits), que foram causados por vários motivos dos quais os trabalhadores não tiveram a possibilidade de apresentar soluções, pois a PETROBRAS é a gestora.

Isso levou a milhares de assistidos a deixarem de pagar o plano por falta de margem consignável e assim sair do plano. Então essas mudanças afetaram os aposentados e pensionistas que não possuem outra fonte de renda, mas sobrevivem com apoio do seu órgão de classe, com o qual contribuímos mensalmente e temos espaços nos Estatutos para integrar as lutas em defesa dos nossos direitos, comparecendo às assembleias, votando nas propostas do sindicato, integrando as diretorias dos sindipetros e federações petroleiras e associações de aposentados e pensionistas a ecoar através desses órgãos seu grito de socorro.

Os aposentados devem então erguer a cabeça e buscar suas associações, sindicatos e federações a fim de ajudar na reconstrução da democracia no Brasil com muito orgulho.

Nossas principais contribuições para o resgate das perdas dos Aposentados e Pensionistas do Sistema Petrobras são as seguintes:

- 1) retorno da AMS;
- 2) retorno da margem consignável para 13%;
- 3) fim do VCMH;
- 4) pelo fim das contribuições extraordinárias (PEDs);
- 5) pela volta do atendimento presencial a todos na PETROS;
- 6) reajuste salarial justo para categoria petroleira;
- 7) pela volta aos concursos públicos. Nós estaremos presentes nos congressos da categoria com a finalidade de somar forças de arrancar um Acordo Coletivo de Trabalho digno para todos petroleiros e aposentados.

AVANTE PETROLEIROS! VIVA OS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO SISTEMA PETROBRAS! VIVA A PETROBRAS! DEFENDER A PETROBRAS É DEFENDER O BRASIL!

Terceirização na Petrobrás

Acreditamos ser consensual fazer uma correlação clara e concreta do que se trata a terceirização na Petrobrás, podemos correlacionar facilmente com o termo “precarização”, precarização em todos os sentidos do mundo do trabalho e suas relações.

Seu objetivo vai de encontro com o caráter social de uma estatal negligenciando o interesse estratégico, público e coletivo, em favorecimento de fins privados. Para este fim, a agenda neoliberal e sua sanha em busca por lucros exorbitantes em detrimento a vida dos trabalhadores, reduz massivamente direitos trabalhistas e impõem um aumento exponencial da extração de mais-valia através da redução da quantidade de profissionais para uma mesma atividade.

Existem diversos casos em que a estratégia de terceirização é um fator explícito do aumento do risco de acidentes devido a expertise do profissional contratado, treinamentos deficitários (redução de custo para empresa terceira), desmotivação do trabalhador pelos precários benefícios concedidos e alta rotatividade dos profissionais trazendo ônus ao acúmulo de conhecimento prático da operação da planta e suas peculiaridades.

Os reflexos da Lei de Terceirização sancionada por Temer em 2017, lei essa de relatoria deputado Laércio Oliveira que em 2020 recebia mais de 20 milhões em contratos terceirizados sem licitação, precariza as relações de trabalho gerando impacto direto e frontal aos trabalhadores, citamos como exemplo:

- Planos de saúde de qualidade questionável e sem inclusão de dependentes;
- Salários deficitários;
- Assédios em geral como “arma” de exploração;
- Valores para alimentação insuficientes;
- Atrasos e calotes de forma habitual;
- Dificuldade de acesso a EPIs de qualidade;

Escolha acertada da representação dos trabalhadores por parte da empresa ou negação ao direito de livre associação a representação dos trabalhadores da categoria.

Precisamos de uma melhoria urgente de comunicação entre terceirizados e representações das categorias com a representação dos trabalhadores Petrobrás. Para este propósito será necessário algo análogo a estru-

turação das CIPAs Integradas onde será possível conhecer e desdobrar as demandas que estiverem represadas em limites de competência bem como daquelas que demonstram clara omissão por parte de gestores contratantes e contratados. A partir do conhecimento das demandas das bases o Sindipetro poderá solicitar soluções aos devidos responsáveis ou quando necessário atuar em ações para alteração ou eliminação do problema raiz.

Proposições para Terceirizados

- 1) Fim da terceirização irrestrita nas atividades constantes nos Planos de Cargos e Salários com substituição/oferta das vagas assegurando a primeirização com abertura de mais concursos públicos e garantia de efetivo operacional para a segurança das plantas industriais, observando aos dispositivos legais: Artigo 37, Inciso II da C.F. – Ingresso por concurso público e Ar go 4º do Decreto 9.507/2018 – vedada contratação de cargos previstos em Planos de Cargos e Salários;
- 2) Equiparação salarial e outros direitos (ex.: transporte, alimentação e plano de saúde) durante o período de transição do item acima e para casos extraordinários, observando o dispositivo legal: Ar go 4º-C II 1º da Lei 13.467- Equiparação Salarial Contratante e Contratada;
- 3) União tática das federações e sindicatos para pauta da terceirização irrestrita e a avançada precarização dos contratos;
- 4) Realização de Congresso/Fórum Nacional de Petroleiros Próprios e Terceiros da indústria do Petróleo, Gás e Energia;
- 5) Luta por uma Petrobrás como empresa Integrada de Energia e 100% Estatal e sobre o controle democrático dos trabalhadores;
- 6) Retorno de efetivo Fundo Garantidor dos contratos, retirado pela última gestão;
- 7) Descentralização de contratos corporativos para fiscalização local atuante e customização de especificidades locais.

Complexo Boaventura

Nossa tese endossa ainda as seguintes demandas feitas pelos trabalhadores do Complexo Boaventura, antigo Comperj:

- 1) Adicional de GRATIFICAÇÃO de Campo Terrestre, garantindo isonomia de condições dos mesmos moldes da UTGCA e UTGC e por se tratar de área remota e insegura, (sem transporte coletivo regular);
- 2) Sobreaviso Implantado para trabalhadores da manutenção do site e definição de escala em ACT no molde das demais unidades do gás de 7x7x7x14 UTGCA/UTGC ou 14x21 como Guamaré e URUCU;
- 3) Adicional de Periculosidade condicionado a toda parte interna do site contemplando todos trabalhadores;
- 4) Plano de Mobilidade corporativa com atenção especial ao Gaslub, local onde foram recebidos funcionários de diversos lugares vendidos na antiga gestão;
- 5) Reestruturação do APT a APTT nos moldes anteriores e definidos no ACT junto a representação dos trabalhadores;
- 6) Cláusula de apropriação de horas extraordinárias para banco de horas facultada ao interesse do empregado;
- 7) Abono de todos os dias que a empresa não tem expediente e não disponibiliza opções de vir trabalhar como nos dias 24 e 31 de dezembro e quarta-feira de cinzas;
- 8) Instalação de CEPE/Área de Vivência próxima na área do Gaslub para espaço de socialização e promoção de saúde aos trabalhadores igual a algumas unidades marítimas e terrestres que detém infra estrutura semelhante, aproveitando as estruturas já existentes como a casa 10 ou casa 7;
- 9) Regramento de Teletrabalho contemple trabalhadores elegíveis do site;

- 10) Construção de prédio administrativo definitivo e adequação do prédio da manutenção M3, para comportar a demanda atual, o existente foi construído em caráter provisório;
- 11) Melhoria da rede credenciada para na região entorno do site para exames periódicos;
- 12) Adicional de 1 nível /abono para Brigadista e Cipista automaticamente no ano corrente;
- 13) Dia de folga para os Cipistas para valorização da CIPA na prevenção de acidentes e combate a assédios e outras violências no trabalho e incentivo a participação feminina e LGBTQIA+ na comissão eleita e indicados pela empresa;
- 14) Melhoria das minutas contratuais de contratação de empresas terceiras mais favoráveis aos trabalhadores com plano de saúde para funcionários e dependentes, Isonomia Alimentar, transporte e salários dignos;
- 15) Item “05” retroativo aos transferidos após a mudança do Regramento de transferências do Mobiliza no governo passado.
- 16) - Atuação da Petrobras em garantir a segurança dos trabalhadores do Gaslub, visto que, são constantes as invasões e furtos nas instalações. Essas ações criminosas estão ocorrendo cada vez mais próximas aos postos de trabalho;Disponibilizar atendimento 24h de apoio médico, odontológico e geriátrico no site;
- 17) Manter valor da HE a 100% para todas as ocasiões de horas e as compensações de BH ser 1 p/2
- 18) PCR/PCAC unificação e modificação de planos de cargos e salários;
- 19) SUBSTITUIR o transporte de Van por Ônibus/micro ônibus com banheiro para trajetos maiores que 1h de deslocamento;
- 20) Seleção de funções devem ser feitas por processo seletivo interno;
- 21) Possibilitar um dia de Teletrabalho para Cipistas para atividades burocráticas.

CNCL

Quanto ao Centro Nacional de Controle e Logística, defendemos:

- 1) Transparência na avaliação do GDR;
- 2) Levar mais operadores para o cncl;
- 3) Abrir mais consoles para um melhor balanço de carga de trabalho;
- 4) Alimentação transportada;
- 5) Garantia da Mestra;
- 6) Envolver os operadores nas mudanças que lhes afetam (novo oasis);
- 7) Punição exemplar aos assediadores do setor.

Plano de Lutas / Reorganização da Classe

As grandes mobilizações são fundamentais, mas não resolvem todo problema. Há que se cuidar dos momentos entre as mobilizações e no longo prazo.

Para isto, não basta se apresentar como direção, mas é necessário construir elos orgânicos com o movimento real da classe trabalhadora. Não existem atalhos na luta de classes, o movimento deve ser construído de baixo para cima, no dia a dia, nos bairros, nos movimentos populares e nos sindicatos, com panfletagens, atividades politizantes e elevação do grau de participação e organicidade da militância.

Para além de todas essas iniciativas, uma meta prioritária é a retomada de agitações, paralisações e greves em categorias, de forma ascendente, visando a construção de uma greve geral. Afinal, a greve é ainda a ferramenta mais potente de classe para fazer efeito prático na correlação de forças políticas, uma vez que gera prejuízos para a burguesia.

Para que tudo isso seja conquistado, deve haver iniciativas políticas nacionais unificadoras, capazes de reaglutinar lutadores e permitir não somente um profundo e amplo debate, mas a reconfiguração das ferramentas de representação da classe trabalhadora e dos movimentos reivindicatórios.

O Fórum Sindical, Popular e de Juventude de lutas por Direitos e Liberdade Democráticas se apresenta como a grande novidade recente do movimento social brasileiro, pois carrega em si essa capacidade de aglutinação, sem sectarismo, dos mais amplos setores e correntes classistas.

A fragmentação das centrais sindicais é algo flagrantemente contrário às lutas, um verdadeiro empecilho organizativo. Cada central hoje é mais identificada com partidos ou organizações específicas do que com a própria classe, que não se reconhece representada plenamente em nenhuma delas.

Esse cenário torna prioritária a realização de um ENCLAT, um grande encontro da classe trabalhadora, capaz de juntar os militantes sindicais com o intuito de reconfigurar essas representações, buscando que dessa profunda discussão saia uma grande novidade organizadora e unificadora das lutas sindicais. Essa é uma condição fundamental para a construção efetiva da greve geral, uma vez que a mera existência de várias centrais dissipa e desalinha energias e gera o efeito de cada organização priorizar “puxar a brasa para a sua sardinha”.

É tarefa da FNP compor democraticamente os espaços de luta com pluralidade e capilaridade na categoria, promover a participação no Fórum Sindical, Popular e de Juventude e ser uma agente de construção do ENCLAT, para demonstrar seu compromisso histórico com a luta classista e para encorajar as demais categorias a ingressar nesse projeto de necessária reorganização das representações da classe.

Condição fundamental para a construção da unidade da categoria com independência é o fortalecimento de Comissões de Base nos locais de trabalho, com ampla participação dos trabalhadores. Somente assim podemos garantir que síntese proveniente dessa unificação será distante de qualquer fagocitose definida a partir de acordos de cúpula.

Na nossa categoria, também deve haver mecanismos de busca de unificação para potencializar lutas. É tarefa do movimento sindical petroleiro buscar construir pauta única, mesa única e votação única, abrangendo as bases das duas federações, no processo de luta do ACT, por exemplo.

Programa de Lutas – Em Defesa da Petrobrás 100% estatal e a serviço da maioria da população brasileira (trabalhadores):

- 1) Reversão das privatizações efetuadas;
- 2) Recuperação da estratégia de uma Petrobrás como empresa Integrada de Energia;
- 3) Transição para o regime de monopólio estatal da exploração, produção, refino, petroquímica e distribuição; Retirada das ações da Petrobrás das bolsas de valores estrangeiras, visando o resgate da soberania energética do Brasil; Fim definitivo do PPI ou outras

políticas de precificação artificialmente altas, que têm sacrificado a população com valores estratosféricos de combustíveis, gás de cozinha e outros derivados de petróleo;

- 4) Investimento e ampliação da capacidade de produção das refinarias. Contra a ociosidade das plantas, pela conclusão de obras inacabadas e pela retomada de novos projetos nessa área;

5) Gestão da Petrobrás com transparência, democracia e constante fiscalização, tanto pela força de trabalho quanto por mecanismos de controle social a serviço do interesse da população brasileira, desde o planejamento de gestão e estratégia até a execução, a fim de evitar concentração da renda petroleira, corrupção, nepotismo, apadrinhamento, demissões injustificadas;

- 6) Estabelecimento de mecanismos de escolha e avaliação das lideranças por parte da categoria e a instauração de critérios de remuneração justos e transparentes para os quadros técnicos e de liderança;

- 7) Ampliação da responsabilidade social e trabalhista com relação a serviços e obras ao encargo de empresas contratadas, com fomento da cultura de segurança (através de cláusulas contratuais que garantam um nível de preocupação com SMS, de capacidade técnica e de robustez para execução de obras);
- 8) A garantia da responsabilidade social e ambiental em obras ou zonas de atuação considerando e consultando as comunidades afetadas;
- 9) Investimentos em energias alternativas (solar, eólica, de maré) e biocombustíveis, aumentando a diversificação, soberania e segurança energética e diminuindo os impactos ambientais, através de destinação de percentual do lucro da produção para este fim;
- 10) O crescimento da produção deve ser orientado à capacidade de refino, de modo a permitir a exportação prioritariamente de derivados, uma vez suprido o consumo interno (para romper com a lógica de exportação de matéria-prima e importação de produtos industrializados);
- 11) Petróleo (e derivados) e energia devem servir como elementos de integração da América Latina, com viés de desenvolvimento econômico e social, e não meramente mercadológico. Prioridade de exportação/importação, quando necessário, aos países desta região. Desdolarização das transações;
- 12) O conteúdo local deve ser resgatado e aperfeiçoado, para valorização das indústrias nacionais. Deve ser alvo de ampla fiscalização e aplicado a todas as etapas (Ex.: matéria-prima, siderurgia, metalurgia etc.);
- 13) Prioridade de investimento de grande porte do BNDES, CEF e BB em empresas estatais;
- 14) Renda das riquezas naturais direcionada para os direitos sociais e ambientais, verba pública para instituições públicas. Somos favoráveis à iniciativa de royalties do Pré-sal dedicados à Educação e Saúde, porém estes recursos não podem ser drenados para os cofres de empresas privadas da área educacional, de saúde ou construtoras;
- 15) Criação de empresas estatais de serviços e tecnologias petrolíferas (sondas, exploração, engenharia e construção, logística, estaleiros etc.), que devem ser fomentadas pela renda petrolífera. Prioridade total de contratação dessas;
- 16) Operação de navios de apoio offshore e sondas pela Transpetro, cessando dessa forma, o pagamento de afretamentos a preços altos para o setor privado e internacional; Substituição do PPP (Prêmio por Performance) e reabertura das mesas de negociação pela PLR equânime e sobretudo a reposição e crescimento dos salários não só baseado na elevação da produtividade dos trabalhadores, mas também para correções financeiras, de modo a não criar defasagem salarial;
- 17) Pela garantia de uma assistência médica de qualidade, gerida 100% pela Petrobrás e que assegure qualidade para os empregados da ativa e os aposentados, de forma gratuita e ilimitadas para seus dependentes. A AMS pertence aos interesses dos empregados e aposentados e não ao mercado de saúde exploratório.

Assinam nossa tese:

Valeska Thaísa da Silva (Imboassica); Gustavo Marun (EDIHB); Flávio Raphael Barcellos (CENPES); Antonio Boaventura Neto (TRANSPETRO); Francisco de Assis Pereira Cavalcante (EDIHB); Victor Moreira Santos (EDISEN); Rafael Piveta Manoel (EDISEN); Éden Suzart Landim Costa (EDISEN); Luis Rodrigo Neves (EDISEN); Wagner Martins Rosa (CNCL); Iuri Caetano Ramalho (CNCL); Gunther Sasic (Aposentado); Luiz Carlos Martins de Souza (Aposentado); Genobre Gomes Lima (Aposentado); Jose Antonio Simões (Aposentado); Antônio Arriva de Toledo (EDISEN); Nicholas Teodoro Dutra (EDISEN); Gabriel Mattos Gonzalez (EDIHB)

TESE 3 - RESISTÊNCIA PETROLEIRA

Assinam: *Thalles Leopoldo e Marcello Bernardo*

União & Luta | Tese do Movimento Nacional Resistência Petroleira

UM MUNDO EM DIREÇÃO À GUERRA, COLAPSO CLIMÁTICO E FASCISMO

Vivemos em um mundo onde há uma combinação de ao menos cinco crises estruturais. Econômica, ambiental, geopolítica, democrática e de fragilização da organização do povo trabalhador. Essas crises, que se combinam e marcam a situação global, têm se aprofundado no último período.

A ascensão de Trump mais uma vez ao poder nos EUA, juntamente com sua coalizão neofacista composta por bilionários, sionistas, anarcocapitalistas e todos os tipos de reacionários, significa um fortalecimento da corrente de extrema direita mundialmente. As suas primeiras medidas já demonstram que esse novo mandato será muito mais agressivo que o primeiro. As ameaças de anexação de territórios como a Groenlândia, o questionamento à soberania do Canadá, retomada do controle do canal do Panamá, perseguição e deportação de imigrantes, a política de apoio ao genocídio na Palestina, a entrada na guerra contra o Irã, assim como a escalada da guerra comercial com a China, através das taxas de importação, demonstram que a política da Casa Branca será tentar reconquistar o papel de potência hegemônica mundial.

Ao mesmo tempo em que abre uma guerra comercial com a China, Trump se aproxima de Putin, buscando um acordo que na prática loteia a Ucrânia com o Kremlin. Numa única jogada, busca enfraquecer a relação da Rússia com a China e ainda garantir acesso a recursos minerais ucranianos pelos EUA.

Enquanto isso os principais países europeus, ficam relegados a meros expectadores nesse acordo que coloca recursos naturais fundamentais do continente nas mãos dos americanos e russos. Esse possível desfecho para a guerra na Ucrânia, embaralha o antigo ordenamento mundial, fortalece EUA e Rússia e enfraquece a posição da União Europeia. Ao mesmo tempo, Trump fez declarações questionando a política de proteção militar aos países europeus, questionando assim o papel dos EUA como garantidor da OTAN. Não se trata de uma ruptura do bloco imperialista, porém é nítido o objetivo de colocar as potências europeias numa posição de subserviência aos americanos.

Esse cenário desencadeou uma resposta da Europa, com o aumento significativo dos gastos militares. Os recursos destinados à defesa dos países já vinham subindo, entre 2023 e 2024 houve um aumento de 7,4%.¹ Esse ano foi amplamente noticiada a aprovação do parlamento na Alemanha, país que não se armava desde o final da segunda guerra, de um fundo militar de \$600 bilhões de euros, quase \$4 trilhões de reais. Estamos assistindo uma corrida armamentista, com forte aumento da tensão entre os países e blocos que exercem o domínio imperialista mundial. Esse cenário abre a possibilidade de novas guerras pelo mundo. Inclusive com utilização de armas nucleares.

Essa conjuntura assustadora, coloca as reservas de riquezas naturais ainda mais na mira dos países imperialistas. A frase da posse “Drill, baby, drill.” simboliza por um lado a completa negação do aquecimento global e consequente crise ambiental pela extrema direita. Mas por outro também demonstra o papel central que o petróleo cumpre nos planos de realocação na dominação global que Donald Trump e a burguesia americana almejam. Mesmo que os EUA tenham atingido a autossuficiência em petróleo e estejam produzindo numa escala nunca vista antes na história (mais de 13 milhões de barris por dia) a ganância imperialista não tem limites, ainda mais caso tenham que aumentar a utilização de sua máquina de guerra para garantir seus interesses. O controle de recursos naturais em todo o planeta é ponto fundamental para a disputa da dominação global, seja para a rapina e utilização, seja para que não caia nas mãos de adversários.

Toda essa ofensiva política só é possível de ser aplicada, se não tiver os obstáculos que representam, do ponto de vista do projeto do neofascismo, as liberdades do regime democrático burguês e oposição do movimento de massas organizado. Trump tem dado o tom da política da extrema direita, quanto à subversão do regime político e o enfrentamento à esquerda, aos sindicatos e trabalhadores, em especial as minorias.

Essa agenda política, portanto, orienta toda a extrema direita no mundo. Millei na Argentina, Orbán na Hungria, Meloni na Itália, a AfD na Alemanha. São dezenas de exemplos de como essa corrente neofacista se organiza no nível mundial. Falaremos adiante da realidade brasileira, mas não só estamos inseridos nesse contexto, como a extrema direita brasileira é sem dúvidas umas das expressões mais desenvolvidas desse

fenômeno político.

Um último elemento que é importante destacarmos, é como essa coalizão de extrema direita que ascende ao poder junto a Trump e dá suporte a toda extrema direita mundial é composta diretamente por setores da alta burguesia imperialista. Todos já estão cientes do papel central que os bilionários donos das bigtechs têm no novo governo americano e o fator de dominação ideológica que cumprem através das mídias sociais. Porém, não é somente de Jeff Bezos e Elon Musk que vive a casa branca. Kelcy Warren da Energy Transfer, empresa de energia americana dona de parte da cadeia produtiva de petróleo nos EUA e Timothy Dunn da petrolífera Texana Crown Quest. São dois exemplos de magnatas do petróleo que figuram entre os maiores financiadores da campanha de Trump. Ao todo, o setor petrolífero doou mais de U\$14,1 milhões para a campanha de Donald Trump em 2024. Junto às Big Techs e outros setores como a indústria de armas e o capital financeiro. A burguesia ligada ao petróleo é parte fundamental da coalizão de extrema-direita.

FRACASSO DO PROJETO PETISTA DE GOVERNAR “A FRIO”

O cenário político nacional é marcado pela queda expressiva da popularidade do governo. Nos últimos meses, a popularidade de Lula atingiu os níveis mais baixos de seus três mandatos. Segundo pesquisa Datafolha divulgada em fevereiro de 2025, a aprovação caiu de 35% para 24% em apenas dois meses, enquanto a desaprovação subiu para 41%. A alta nos preços dos alimentos, impulsionada pelas exportações prioritárias do agronegócio e variações cambiais, afetam sobretudo a classe trabalhadora mais precarizada. A crise do PIX, que tomou a proporção que teve, devido a uma incapacidade da comunicação do governo, em certa medida do conjunto da esquerda, de fazer frente às fake news da extrema direita nas redes sociais. São alguns dos principais fatos que contribuem para a queda.

Esses fatores mais factuais se somam a elementos mais de fundo na realidade política. A falta de mobilização social enfraquece significativamente a capacidade da esquerda de fazer uma disputa ideológica efetiva contra as ideias da extrema-direita. Conquistamos uma boa projeção a lutas como o fim da escala 6x1 e a luta contra a anistia para os golpistas, mas mesmo assim Bolsonaro e os golpistas seguem soltos até hoje e o PL da deputada Érika Hilton e do VAT não avançam no Congresso Nacional, que chantageia o governo por mais cortes fiscais à classe trabalhadora, enquanto recusa aumentar imposto aos mais ricos.

Outro fator determinante são os limites das políticas do governo voltadas para atender às principais necessidades da classe trabalhadora. Por mais que haja um aquecimento da economia e melhora de indicadores como a queda do desemprego, a verdade é que os trabalhadores não têm sentido melhorias significativas nas suas vidas, frustrando as expectativas que tinham quando elegeram Lula.

Frente a esse cenário, para buscar manter a estabilidade do governo, a resposta que a direção do PT tem orientado é dobrar a aposta na conciliação, abrindo mais espaço para seus inimigos dentro do governo. Aumentando o espaço do centrão nos ministérios, costurando e fortalecendo as alianças com o que há de pior no congresso nacional para buscar uma governabilidade “a frio”. O problema é que esse caminho tem um custo grande para o Palácio do Planalto, que esbarra nos limites impostos pela chantagem permanente do congresso nacional e pelos setores liberais do próprio governo. As medidas para tentar conter o aumento do preço dos alimentos, aumento da verba para o Minha Casa Minha Vida, o programa Vale-Gás e o Pé de Meia, o projeto de mudança na tabela do IR, apesar de importantes, ainda são tímidas e se mostram totalmente insuficientes para recuperar a popularidade do governo.

Até agora não há sinais de que haja qualquer disposição de reversão dessa linha política de buscar atender o andar de cima e o de baixo ao mesmo tempo. Apesar dos resultados ruins e aumento de críticas dentro do próprio governo, nenhum movimento foi feito que enfrente algum setor significativo da burguesia e aposte na mobilização popular para construir a governabilidade com mudanças estruturais no país. Essa lógica tem aprofundado a dinâmica de enfraquecimento, o que por sua vez deixa o governo ainda mais refém da sua própria política conciliatória.

Aqui mora um ponto chave da disputa política, caso não haja uma mudança na postura do governo, a tendência será de mais enfraquecimento do único campo que hoje pode impedir a volta do neofascismo ao poder no país em 2026. Diante da força da extrema-direita que quer privatizar a Petrobrás e acabar com a democracia, não queremos enfraquecer Lula, pelo contrário, mas precisamos cada vez mais redobrar as exigências ao governo e incentivar a classe trabalhadora a lutar por seus direitos e contra o centrão e os liberais que têm atado as mãos do governo que dê suporte a uma mudança na dinâmica política e assim poder evitar um segundo mandato ainda mais nefasto do neofacismo.

O plebiscito popular que estamos articulando junto a diversos movimentos sociais de todo o Brasil,

como o MST, UNE, MTST, Centrais sindicais, as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, será uma ferramenta para dialogarmos com a população sobre a necessidade de taxar os ricos, isentar os pobres e reduzir a jornada de trabalho sem redução salarial para geração de empregos e melhora de vida do povo.

PETROBRÁS TEM QUE SER DO POVO, NÃO DOS ACIONISTAS

Ao longo dos 71 anos de história, a Petrobras sempre esteve no centro do debate político, por toda importância que tem para o país e nas últimas décadas pela relevância que obteve mundialmente, em especial após a descoberta do pré-sal. Os anos de Lava Jato, sangraram a empresa de diversas formas. Mais do que somente lhe causando prejuízos financeiros e buscando desmoralizar sua imagem e a de seus trabalhadores, quebrou o país com o desemprego e a inflação, abriu caminho para o golpe de 2016 e a aprovação de reformas no mundo do trabalho e no Estado brasileiro que transformaram por completo as relações entre as classes no Brasil.

Após a Operação Lava Jato e o golpe na Dilma, a Petrobrás passou por um grande perigo existencial. Se o plano da direita e do mercado tivesse dado certo, a Petrobrás não existiria mais como estatal. O PPI, o corte nos investimentos, os incontáveis PDVs, as privatizações de quase R\$300 bilhões de ativos da companhia e as centenas de bilhões de dividendos aos acionistas foram golpes duros que fragilizaram nossa empresa.

A volta da Petrobras que queremos, e precisamos, ainda está em marcha lenta. Infelizmente temos visto o Centrão ganhar força no governo e a Petrobrás manter uma política de alta remuneração dos acionistas privados em detrimento de um projeto de soberania nacional, ainda que com melhorias pontuais para os trabalhadores. A gestão Magda piorou substancialmente o tratamento que a companhia vinha dando às negociações com os trabalhadores. É preciso exigir que o governo Lula e a atual gestão mudem sua orientação para que a Petrobrás:

- 1)** Valorize sua força de trabalho, retomando direitos retirados nos governos golpistas, defendendo a Petros e a AMS, assim como investindo em segurança operacional e saúde dos trabalhadores.
- 2)** Seja propulsora do desenvolvimento econômico do país, com redução dos preços dos combustíveis, geração de emprego, investimentos com conteúdo local e reestatização dos ativos privatizados.
- 3)** Lidere mundialmente o desenvolvimento de tecnologias de transição energética justa e soberana, que está ainda com muito pouco investimento atualmente e com muitas parcerias com empresas privadas. No momento em que Trump declara guerra ao meio ambiente, o Brasil deve ser uma voz dissonante em defesa da transição energética e da soberania dos povos latino-americanos sobre as nossas reservas naturais.

São inegáveis os avanços que houveram quanto ao fim da privatização e a retomada de investimentos. A suspensão da privatização da Lubnor e de Urucu, a volta da FAFEN-PR com possibilidades da retomada das Fafens na Bahia e em Sergipe, os investimentos no segundo trem da RNEST, no Complexo Boaventura, a volta da sede em Natal (RN) e torre Pituba (BA), a revitalização dos campos maduros da Bacia de Campos e o aumento da capacidade da Bacia de Búzios e a abertura de negociações para a compra de parcela da Refinaria de Mataripe (antiga RLAM). Uma retomada de investimentos bastante significativa. Somente para a transição energética até 2028, serão destinados 102 bilhões, segundo o plano apresentado pela direção da empresa, muito menos do que o necessário, mas muito mais do que vínhamos tendo.

Os investimentos também voltaram a crescer, a mais de 50% se comparado à época do Bolsonaro, mas o crescimento ainda está abaixo do necessário para enfrentar anos de sucateamento e o grande atraso na transição energética. A política de dividendos mudou, mas ainda assim entrega 45% do fluxo de caixa livre para os acionistas, além de vultuosos dividendos extraordinários, isto mantém a empresa como o duto de dividendos para seus acionistas privados em detrimento de novos investimentos e a transição energética. A companhia voltou a contratar, chegando ao final de 2024 com um efetivo de 41,8 mil trabalhadores diretos (8% a mais desde que o Lula assumiu a presidência), mas sem ter como horizonte retomar a importância no mercado de trabalho que já teve há uma década. Sequer a reivindicação de zerar o cadastro de reservas a atual gestão Magda está querendo fazer, mesmo com a falta de efetivo nas unidades e com transferidos em todo o sudeste.

As privatizações diminuíram bastante, mas não tivemos a reestatização/recompra de unidades fundamentais, como a RLAM, REMAN, BR Distribuidora e Liquigás. O PPI foi abolido, mas a lógica dos preços internacionais ainda assombra a companhia, prova disto foi o reajuste no diesel neste mês de janeiro, por conta da pressão em relação à alta dos preços internacionais, ao mesmo tempo em que a Petrobras bateu o

seu recorde em produção de gasolina e diesel em 2024. Hoje, a refinaria privatizada de Manaus cobra 65% mais caro por um botijão de gás do que a Petrobras. Desde que a BR Distribuidora foi privatizada, a margem de distribuição e revenda (parcela do preço que fica com distribuidoras e postos) para a gasolina subiu 81%, desde que a Liquigás foi privatizada a margem do GLP subiu 76%.

A fala desastrosa da Magda, dando segurança ao mercado de que fará de tudo para pagar mais dividendos aos acionistas, enquanto corta $\frac{1}{3}$ da PLR dos trabalhadores e não apresenta uma solução para os equacionamentos da Petros, mostra o peso da política liberal hoje na gestão da Petrobrás.

As amarras do mercado internacional e dos acionistas privados funcionam como um grande freio para a Petrobrás que precisamos. Uma Petrobrás que invista pesadamente na economia do Brasil, para a segurança energética e a transição justa e soberana, e não que entregue todo o seu dinheiro para seus acionistas. Uma Petrobrás que cobre preços justos pelos combustíveis. Uma Petrobrás que reestatize os ativos vendidos a preço de banana, o que gerou enormes problemas econômicos e sociais para regiões como o Norte e o Nordeste. Uma Petrobrás realmente preocupada com as pessoas, e que retome as contratações necessárias para ser a grande empresa estatal do Brasil. Uma Petrobrás para os brasileiros.

- ▶ Defender a Petrobras como empresa integrada de energia.
- ▶ Preço dos combustíveis sempre abaixo do PPI, baseado nos custos de produção e refino. Preços Justos e Baratos para a população
- ▶ Pela reestatização e reativação de ativos vendidos, hibernados e fechados nos últimos governos, como a RLAM, FAFENs, REMAN, Liquigás, Poços e Plataformas de Petróleo, a TAG, NTS, TBG, BR Distribuidora entre outros.
- ▶ Retomada das obras das unidades que estavam sendo construídas. Como Boaventura, RNEST e UFN III
- ▶ Todo o petróleo e gás para uma PETROBRAS 100% estatal e pública. Pelo restabelecimento do monopólio estatal do petróleo.
- ▶ Contra as privatizações, leilões das reservas de hidrocarbonetos, e pela reestatização da malha de gás e desmantelamento da PETROBRÁS.
- ▶ Contra o afretamento de plataformas e demais ativos.
- ▶ Pelo reinvestimento em estaleiros e construção nacional de plataformas, com conteúdo local e fortalecimento da indústria nacional.
- ▶ Reforma e modernização do parque de refino da Petrobrás, com foco no meio ambiente, transição energética, eficiência, saúde e segurança.
- ▶ Incorporação da TRANSPETRO e demais subsidiárias na holding.
- ▶ Garantia de solução aos problemas dos transferidos forçados pelo governo Bolsonaro.

ENTRE OS LIMITES DA FRENTE AMPLA E AS EXPECTATIVAS NO GOVERNO: A SITUAÇÃO DOS PETROLEIROS

Passados dois anos desde a mudança de gestão da Petrobrás, a categoria petroleira vive uma realidade, que em certa medida expressa a contradição em que o próprio governo Lula vive hoje. A sua política de buscar fortalecer alianças com a direita tem gerado a consequente limitação de medidas sociais e queda de popularidade. Se por um lado a vida dos trabalhadores petroleiros melhorou, em especial quanto às perspectivas de futuro da empresa, por outro as expectativas de retomada dos direitos perdidos nos últimos anos ainda não foram completamente atendidas.

A explicação dessa situação, nos parece residir na combinação de fatores que marcam a situação política e atravessa a gestão da Petrobrás. Por um lado, a disputa pelo apertado orçamento da União com o Arcabouço Fiscal, a disputa do Centrão pelo orçamento e os interesses dos acionistas privados na condução da companhia. Por outro lado, o grau de mobilização da categoria, não correspondeu, pelo menos até agora, ao que seria necessário para transpor os limites impostos pela gestão do governo de frente ampla.

As lutas protagonizadas nos últimos meses, como a luta dos aposentados em defesa da Petros, a greve em defesa do teletrabalho e a greve de 24 horas feita após o corte na PLR, mostram as possibilidades

de luta. Têm sido movimentos muito importantes dando uma sacudida na categoria, aumentaram a força para um momento em que realmente deva se colocar em marcha uma mobilização mais decisiva.

Talvez seja possível afirmar que a disposição da gestão Magda em “fazer entregas” de investimentos, tem contrastado com a intransigência do RH nas negociações com os trabalhadores. A capacidade de dobrar a gestão nas lutas e negociações que virão dependerá diretamente da capacidade da categoria de mobilização e de diálogo com a sociedade a respeito do papel da empresa no país.

REUNIFICAR FUP E FNP EM UMA ÚNICA FEDERAÇÃO

O Sindipetro Caxias fez história na luta pela união da categoria petroleira. Após um plebiscito realizado na base de Caxias, onde 74% dos trabalhadores apontaram o caminho da reunificação, o Sindipetro SJC, filiado à FNP, também aprovou em assembleias por grande maioria este caminho para a categoria.

Em maio desse ano, o Congresso dos Petroleiros de Alagoas e Sergipe, do importante Sindipetro AL/SE, aprovou uma proposta de Plenária

De forma pioneira levamos a proposta da reunificação das federações, FUP e FNP, para os fóruns da FUP, sendo aprovado na Plenária Nacional da FUP.

Alguns passos importantes foram dados:

- ▶ Realização de atos Nacionais conjuntos contra Equacionamento da PETROS
- ▶ Atos unificados durante a negociação de PLR em 2024
- ▶ Mesmo indicativo das Federações no Acordo de PLR em 2024
- ▶ Chapa Unificada para a eleição dos conselheiros para PETROS
- ▶ Aprovação da Plenária Nacional da FUP e de um Seminário de Unificação
- ▶ Encontro de Mulheres FUP/FNP

Agora precisamos avançar a União da categoria nos acordos e lutas que teremos este ano. Queremos dar passos concretos no sentido da unificação das federações.

▶ Promover a união da categoria para os acordos coletivos e lutas que virão, como Acordo de Parada de Manutenção, Plano de Cargos, ACT, garantindo reuniões prévias e pós mesas de negociação e calendários de mobilizações comuns.

- ▶ Lutar por uma Mesa Única de negociação com a empresa entre FUP e FNP nas negociações.
- ▶ Plenária Nacional para debater os termos da Reunificação das Federações
- ▶ Reafirmação das propostas aprovadas no último CONDUC (2024)
- ▶ Pauta única, mesa única, fórum unitário dos sindicatos e um congresso unitário da categoria;
- ▶ Que todos os GTs constituídos com as empresas sejam compostos por representações unificadas entre FNP e FUP;
- ▶ Coerente com a bandeira da reunificação das federações, o CONDUC autoriza a direção do Sindipetro Caxias participar como observador, quando for convidado, dos fóruns da FNP.
- ▶ Criar um movimento nacional pela unificação das federações;
- ▶ Este movimento deverá atuar pela construção do debate nacional pela reunificação das federações, apontando caminhos e construindo sínteses rumo a uma nova federação unitária da categoria petroleira: de luta, independente e democrática;
- ▶ Seminário para construir a unificação da categoria

- ▶ Propostas para a unificação das Federações:
- Comando único nacional pela base.
- Eleição de delegados pela base, respeitando a representatividade e a proporcionalidade.
- Democracia nas deliberações
- Independência dos patrões
- Liberdade de opinião e autonomia dos sindicatos

ACORDO COLETIVO

- ▶ Lutar pelo fim do Banco de Horas
- ▶ Periculosidade para Valer: Reconhecimento do Adicional de Periculosidade nas áreas operacionais em que os trabalhadores, na prática, recebem mesma coisa que nos prédios administrativos
- ▶ Fim do Saldo AF e possibilidade de que as folgas e férias sejam agrupadas
- ▶ Por um Acordo De Teletrabalho que respeite a demanda dos trabalhadores do Administrativo
- ▶ Ganho Real acima da inflação
- ▶ Recuperação dos direitos que foram perdidos
- ▶ Por um Acordo de Parada de Manutenção! Contra a mudança do PHT/THM
- ▶ Contra a mudança do PHT/THM dos deslocados do turno para o H.A.
- ▶ Contra mudança de horário do H.A. a revelia e sem acordo

EFETIVO

- ▶ Recomposição de Efetivos com abertura de novos concursos e primeirização.
- ▶ Contra o método de “Organização & Métodos (O&M)” de definição do efetivo mínimo. Pelo retorno do número mínimo praticado até 2017.
- ▶ Não às dobras de 24h e ao efetivo reduzido abaixo do mínimo
- ▶ Petrobrás, zere o Cadastro de Reserva (CR) já! Pela convocação de todos os aprovados no Concurso de 2024. Por mais concursos públicos!
- ▶ Efetivo mínimo do turno de 5 operadores sem contar o supervisor na UTE-TRI

PLANO DE CARGOS E SALÁRIO

- ▶ Apoio à proposta unificada de Plano de Cargos entre FUP e FNP

TURNO DA MANUTENÇÃO E INSPEÇÃO

- ▶ Pelo turno da manutenção e inspeção já!
- ▶ Fim do horário deslocado do HA
- ▶ Avançar na primeirização das atividades de manutenção e inspeção
- ▶ Recomposição do efetivo a partir de estudo sobre atividades e equipamentos

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR (SST)

- ▶ Por um Seminário Nacional e Unificado sobre Segurança e Saúde do trabalhador, com todos os Sindicatos

PETROS

- ▶ Contra os equacionamentos do plano PPSP que adoecem e matam. Petrobras e patrocinadoras paguem suas dívidas com a PETROS.
- ▶ Queremos gerir nosso futuro e nosso dinheiro! Assim como já existe em outros planos, eleição diretas de diretores da PETROS pelos participantes já!
- ▶ Que a Petrobras aporte integralmente à PETROS todos os impactos atuariais, provocados por qualquer alteração de política de RH.
- ▶ Contra a perseguição aos conselheiros eleitos pelos trabalhadores.
- ▶ Condições de trabalho dignas e treinamento para o pessoal da PETROS atender bem os problemas participantes

AMS

- ▶ Fim da APS, que é a privatização do nosso plano de saúde e retorno da AMS gerida pelo RH da Petrobrás
- ▶ A categoria de Caxias precisa discutir as propostas de mudança do estatuto da APS. E uma possível participação nas eleições dos Conselhos do Plano de Saúde
- ▶ Aumento da qualidade do plano, com correção das tabelas dos credenciados;
- ▶ Ampliação da rede credenciada;
- ▶ Acabar com a burocracia exagerada, que visa diminuir o uso do plano de saúde;
- ▶ Pela melhoria do PAE, PASA, Auxílio Cuidador, e outros bons benefícios do plano de saúde, e ampla de divulgação;
- ▶ Auditoria externa e independente
- ▶ Fim dos Boletos, que visam retirar os participantes do Plano

TRANSFERIDOS

- ▶ Lutar para que todos os trabalhadores transferidos arbitrariamente voltem para seus estados de origem, sem perdas para os mesmos.
- ▶ Buscar pressionar a empresa pela Reestatização da RLAM, retorno das FAFENs e demais unidades.
- ▶ Priorizar o retorno dos trabalhadores que foram transferidos antes de contratações e reincorporações.
- ▶ Garantir a inclusão de trabalhadores/as da FAFEN e demais grupos negligenciados na Carta Compromisso assinada com a Petrobrás
- ▶ Lutar pelo reconhecimento do adoecimento destes/as trabalhadores/as como um fator relacionado ao trabalho e ao processo de transferência
- ▶ Buscar reparações destes/as trabalhadores/as junto à empresa e, se necessário, à justiça
- ▶ Petrobrás deve reparar todos os danos a estes trabalhadores enquanto não há a tão esperada volta para casa

UTE

- ▶ Lutar pela implementação do Regime de Turno na Manutenção na UTE-TRI.
- ▶ Aumentar o efetivo mínimo do turno.
- ▶ Considerando a mudança no cenário de geração termoeleétrica e a importante presença da Petrobras no setor e que as unidades termoeletricas são estratégicas para o país e a companhia, mas foram alvo de desmonte nos governos Temer e Bolsonaro, é necessário rever os arquétipos das UTEs e sugere a FUP e a FNP a criação de um grupo de trabalho a fim de propor ações demandadas para Companhia.

TRANSPETRO

- ▶ Ampliar o contrato de ambulância e médico 24h que hoje atende à REDUC/TERMORIO para o TECAM.
- ▶ Revisão / Correção dos PPPs dos empregados expostos ao Benzeno e Ruído.
- ▶ Aumento do efetivo mínimo de Operadores no turno, passando de 2TOs para 3TOs.
- ▶ Cobrar da empresa que não convoquem os empregados de sobreaviso para realizar tarefas programadas (existem ocorrências nas quais o sobreaviso trabalhou por quase 24h).
- ▶ Cobrar da Transpetro que sempre que houver falta de médico do trabalho no terminal, que o empregado afetado possa ser atendido dentro de seu horário de trabalho e em locais próximos (Ex:REDUC).
- ▶ Fim do banco de horas e pagamento de 100% da HE no mês subsequente.
- ▶ Embora a Transpetro não tenha Saldo AF, o RH instituiu que o funcionário não pode parcelar suas férias e emendar na folga do seu grupo de trabalho. Porém em outras unidades da própria TRANSPETRO, essa prática é permitida (Ex:TABG). O TECAM pleiteia poder emendar suas férias com as folgas de seu grupo uma vez que isto não impacta a empresa assim como o HA emenda o sábado e domingo pós férias. E que esta prática não gere saldo negativo aos funcionários.
- ▶ Fim da chamada “DELEGAÇÃO PERVERSA” - A Transpetro tem movimentado funcionários da automação para atuarem em locais nos quais eles desconhecem todo o sistema implantado(intertravamentos, layouts e etc.), colocando em risco todo o site e segurança das plantas operacionais e processos. (Contribuição Izaías Júnior).
- ▶ A TRANSPETRO deverá, no caso de mudança de ênfase, realizar o curso de formação para a nova ênfase na qual o funcionário deslocado ocupará. Desta forma, garantimos a uniformidade de conhecimentos e mais segurança. Exemplo: Atualmente mudam a ênfase de um técnico administrativo pra técnico operacional sem nenhuma formação ou conhecimento na área que ocupará.
- ▶ Adicional de Dutos: Texto e Ampliação
- ▶ Regramento sobre o ato de dirigir extramuros. (Distância, Horário de Trabalho, etc)

DIVERSIDADE E CULTURA

- ▶ Referendar a Pauta Do Encontro de Mulheres Unificado FUP/FNP
- ▶ Retomar o debate da cláusula de assédio que deve garantir proteção ao denunciante de toda a violência no trabalho e tratamento humanizado.
- ▶ Acompanhamento dos casos de assédio devem ser realizados por profissionais da Petrobrás (Assistente Social, Psicóloga, etc).
- ▶ Ampliação da licença paternidade para 3 meses.
- ▶ Criar um programa nacional de apoio à adoção
- ▶ Apoiar o Parto humanizado.
- ▶ Ampliação do direito de levar filho ao médico para pessoas do operacional (emergências com internação).

- ▶ Curso de antirracismo obrigatório para todas as lideranças.
- ▶ Vale-cultura

OUTROS

- ▶ Apoiar a anistia dos trabalhadores da BR Distribuidora
- ▶ Apoiar a pauta dos trabalhadores do E&P.
- ▶ Participação no Plebiscito Popular sobre a Jornada 6X1 e a isenção do imposto de renda até 5 mil reais.

Tese do Movimento Sindical Petroleiro para o XVI Congresso dos Petroleiros de Caxias 2024

Conjuntura internacional

As crises capitalistas são mais bem explicadas quando percebemos que o que de fato elas significam é a queda nas taxas de lucros das empresas dos grandes capitalistas ou de muitos grupos de capitalistas. Ou seja, seus negócios não estão mais gerando recursos para financiar sua vida de altíssimo padrão simbolizada por artigos de luxo inimagináveis pela maioria esmagadora da classe trabalhadora mundial e, ainda, para financiar novos ciclos de produção.

Uma das principais formas de recuperar essas taxas de lucro é a já velha conhecida expansão dos mercados a nível mundial. Quando essa alternativa não é possível através das nações subservientes como o Brasil o outro caminho são as guerras. Daí se explica a tentativa de intimidação da Rússia através da Ucrânia. Outro exemplo é o belicista estado de Israel que garante os interesses do “Ocidente” (leia-se o grande bloco imperialista encabeçado por EUA e União Europeia) em todo o Oriente Médio.

E é a classe trabalhadora a mais severamente penalizada da forma que todos conhecemos. Redução de benefícios sociais, cortes no financiamento da estrutura pública como escolas, hospitais, saneamento básico, aumentos dos custos dos impostos que mais penalizam os trabalhadores. Quanto aos impostos cabe uma ressalva. Se de um lado o estado precisa deles para custear sua estrutura pública, e de fato precisa, por outro ele deveria ser arcado pelas empresas. Porém ele é normalmente e integralmente passado aos trabalhadores. E nenhum estado capitalista está preocupado com isso. É a tal liberdade de mercado, livre concorrência, flutuação de preços, autorregulação do mercado e toda essa baboseira que lemos nos jornais há muitas décadas.

E como os capitalistas podem se assegurar de que os estados garantam seus interesses? Além das máquinas de propaganda ideológica (rádio, tv, igrejas), a burguesia financia governantes, parlamentares e toda a casta do poder que lhe seja afável e solidária com o projeto de retomada dos lucros pelo mundo a fora. Nesse sentido todos os governos dos estados capitalistas em qualquer parte do globo estarão comprometidos em manter o capitalismo. Mesmo o trabalhista no Reino Unido, Macron com um congresso mais à esquerda todos seus colegas dos demais países capitalistas estão completa e profundamente comprometidos com a manutenção e fortalecimento do capitalismo.

Porém a crise tem outra característica nefasta. O crescimento e fortalecimento da extrema direita. Com o abandono da esquerda mundial da via revolucionária também se esvai nos corações e mentes do proletariado a utopia. A hipótese da construção de uma sociedade qualitativamente superior e necessariamente diferente na atual é considerada inalcançável. Ou é o que quer fazer crer - por ignorância ou má fé – boa parte da pretensa vanguarda dos trabalhadores.

E sem um ideal pelo qual lutar, os trabalhadores se largam no possível, no razoável, no factível. E esse é o terreno fértil das ideias fascistas. Se não há trabalho para todos a culpa é dos emigrantes. Expulsem-nos! Se a criminalidade é alta... pena de morte, prisão perpétua, castigos físicos, liberdade para polícia torturar, matar e prender indiscriminadamente. Direitos para os trabalhadores? Mas é por isso que não há empregos! Por que um ‘jovem’ de 60 anos tem que se aposentar? Esse é o discurso da extrema direita que ilude os trabalhadores pelo mundo. Dessa lama fétida, dessa imundície, emergiram Marine Le Pen na França, Javier Milei da Argentina, Viktor Orban na Hungria, Jair Bolsonaro no Brasil, Donald Trump nos EUA e muitos outros mais.

O caso dos EUA nos leva a outra questão absurdamente ignorada por grande parte da esquerda mundial. O fato de o capitalismo estar na sua fase imperialista – na verdade já desde o final do século XIX. Assim as nações se organizam conforme relações de poder – bélico e econômico – nas quais o papel das nações centrais é o de determinar o que cabe ou não às demais nações fazerem. Essa é a razão da ‘primavera árabe’ no norte da África no começo desse século, que removeu governos não alinhados automaticamente aos interesses capitalistas centrais. O apoio ao movimento reacionário da província de Taiwan contra a China, país socialista que coloca os interesses imperialistas do centro em risco. E o mais sanguinolento e atual genocídio promovido em Gaza pelo nazi-sionista Netanyahu. Somente para citar alguns breves exemplos.

Conjuntura Nacional

A ameaça do retorno de um governo de corte fascista parece que ainda não conseguiu demover Lula de sua passividade. O fato é que Lula está mais disposto a se colocar como o salvador do capitalismo no Brasil. Garantir que os bancos voltem a lucrar “como nunca se viu nesse país”. Patrocinar uma reforma tributária que alivie os “altos custos” do empresariado nacional. Mesmo que os assessores profissionais e amadores do governo se esforcem em dizer aos trabalhadores que o governo está do lado dos mais desfavorecidos, que as medidas tomadas são todas elas para os benefícios dos trabalhadores, a realidade sobrevém ao discurso.

As privatizações ocorridas não foram revertidas, para alegria dos investidores. Mesmo aquelas que tiveram seu processo de venda cancelado foram muito mais em função da falta de interesse de grupos capitalistas do que por decisões políticas. A reforma trabalhista não teve uma linha revertida. Compromisso do governo... com os empresários! O mesmo se deu com a reforma previdenciária.

Um dos principais argumentos usados é o de que o Congresso Nacional está na mão na extrema direita. O que é verdade. A atual legislatura é a mais conservadora desde o período da ditadura militar. E esse recorde vem sendo quebrado há pelo menos três eleições gerais. Câmara e senado estão nas mãos do que há de pior da sociedade capitalista brasileira. Pastores que exploram a fé e os poucos recursos dos mais humildes. Militares de todas as armas e patentes assassinos, torturadores e defensores de um estado de anomia onde quem atira mais rápido é a lei. Empresários desqualificados ainda lastimando o fim da escravidão. E toda a sorte de gente desta estirpe ou pior.

Mas qual a saída que o governo tem optado frente a essa realidade? Exortar os trabalhadores para resistir e lutar pelos seus direitos! Denunciar os responsáveis pela situação de miséria à qual são submetidos os brasileiros! Mas não é isso que ocorre. O governo segue aturdido com as pesquisas que apontam o derretimento do seu apoio popular. Ao invés de voltar-se às suas origens estimulando o movimento de trabalhadores Lula segue implorando ao Congresso que aprove as medidas orçamentárias do governo. Tem perdido seu apoio entre a burguesia que o ajudou a se eleger e entre os trabalhadores que não veem melhorias concretas em suas condições de vida.

O caminho é somente uma classe trabalhadora livre das ilusões do estado democrático. Rumando aos seus objetivos classistas. A independência dos trabalhadores frente seus patrões e seus asseclas é a única solução. É através das mobilizações de trabalhadores e das greves que os trabalhadores poderão garantir e ampliar seus direitos.

Petroleiros Nacional

A esperada unificação entre as duas federações de petroleiros, FUP e FNP, por enquanto não tem tido avanços significativos. De fato, qualquer categoria de trabalhadores será mais forte quanto mais fortes forem suas organizações de classe. Em especial uma categoria como a nossa tem um potencial magnífico. Trabalhadores na maior empresa da América Latina e que laboram com uma das principais commodities do mundo. Somos dezenas de milhares de trabalhadores e contando com os companheiros terceirizados passamos de 300 mil. Logo, uma unificação de todo esse potencial proletário seria extraordinário!

Porém a realidade vai muito além de palavras. Uma unificação deve ser fruto de uma luta compromissada e centralizada nos interesses da nossa categoria. Não se pode admitir a imposição de interesses oportunistas, alheios à luta dos trabalhadores, por parte de correntes políticas hegemônicas nas direções sindicais. Essa ação é deletéria para a entidade e para os interesses reais dos trabalhadores e deve ser combatida.

Uma das centrais – a FUP – está atrelada até o pescoço com o governo da vez, nosso patrão, o que jamais devemos esquecer. E mesmo quando o PT esteve fora do governo federal as ações dessa federação geralmente visavam e ainda objetivavam eleitoreiros. Os interesses concretos da categoria só teriam função se estivessem alinhados ao objetivo maior: manter o governo de Lula/PT. Essa constatação pode parecer dura. Principalmente para aqueles que honestamente acreditem que um governo de Lula possa amenizar o sofrimento da classe trabalhadora. No entanto é crucial que saibamos que nossa categoria trabalha diuturnamente colocando sua saúde e vida em risco para uma empresa de capital misto. Ou seja, estamos todos nós colocando os melhores anos de nossas vidas para garantir as altas taxas de lucro da empresa e os rendimentos dos acionistas especuladores. Nada disso está e nunca esteve em questionamento por nenhum governo de um estado capitalista como o Brasil. Assim a independência que os trabalhadores precisam exigir em relação a quaisquer governos é fundamental para qualquer luta de nossa ou de qualquer categoria de trabalhadores.

Já a FNP tem outras adversidades. A sua maior qualidade pode ser o seu maior problema. O fato de não haver um grupo político único a mandar e desmandar em suas ações leva a uma enorme dificuldade de avanço nas pautas dos trabalhadores. Um contratempo que pode ser superado desde que se haja com o rigor da diferenciação entre partidos e sindicatos.

A Petrobrás é do “povo”?

O lema desse Congresso induz os trabalhadores a um equívoco porém, se trata de um intento voluntarista. Em primeiro lugar na categoria povo entram quaisquer pessoas. Pobres, ricos, empregados, patrões todos são povo. É preciso que um sindicato diga claramente a quem representa que são os trabalhadores petroleiros! E nos lembremos de que a Petrobras é uma empresa de capital misto logo sua missão é gerar dividendos aos acionistas. Somente em estado socialista que as empresas visam o interesse comum de todos os trabalhadores. Até lá o que devemos defender é interesse da nossa categoria!

Partido x Sindicato

Há uma diferença clara entre o que é um partido político e o que é um sindicato de trabalhadores. O primeiro visa organizar toda a classe trabalhadora rumo aos seus objetivos estratégicos de longo prazo, assim como suas táticas de ação. Partidos são destacamentos avançados e indispensáveis do proletariado. O partido revolucionário, se quiser se colocar como vanguarda do proletariado, deve agir de forma rigorosamente centralizada. Ou seja, as decisões, tomadas e discutidas internamente, devem ser levadas a efeito sem vacilações por seus membros.

Já um sindicato se encontra em um nível diferenciado. Visando organizar os interesses imediatos de uma categoria de trabalhadores, ou mesmo de toda a classe, o sindicato comporta os objetivos de curto e médio prazo desses trabalhadores. Nos sindicatos necessariamente estarão contidas as diversas forças políticas presentes no seio do proletariado com suas diversas linhas programáticas.

E são as disputas estranhas ao interesse dos petroleiros que obstaculizam as lutas que de fato nossa categoria anseia. Sejam disputas pela defesa, ora disfarçada ora explícita, do governo federal. Sejam disputas por qual partido se arroga a “verdadeira vanguarda” não só da nossa categoria como de toda a classe trabalhadora brasileira, talvez mundial.

Enquanto não se superam esses entulhos antiproletários de nossas direções sindicais não conseguiremos avançar nas pautas com as quais nossa categoria de fato está preocupada, como a reincorporação das refinarias e unidades vendidas, um plano de carreira unificado avançando além do PCAC e do PCR, o fim dos famigerados PED que sangram os trabalhadores aposentados, a melhoria de fato do plano de saúde, fim de toda forma de perseguição e assédio contra os trabalhadores, um ambiente de trabalho efetivamente seguro.

Reduc

A Refinaria de Duque de Caxias é um ambiente perigoso e insalubre. Todos os trabalhadores precisam ter consciência disso. Por isso há um alto número de acidentes – se é que seja razoável qualquer quantidade de acidentes em uma unidade de uma empresa como a Petrobras.

Acidentes são subnotificados. CAT de acidentes não são emitidas ou descaracterizadas. Acidentes com trabalhadores feridos e em tratamento são notificados como sem afastamento. Trabalhadores feridos são convencidos a permanecerem na refinaria mesmo enfaixados. A responsabilização das vítimas é o lado mais cruel e eficaz da agressão aos nossos direitos. Cria um falso ambiente de segurança. Temendo a responsabilização pelos acidentes, os trabalhadores acabam não notificando as ocorrências. As métricas e os acionistas da empresa agradecem. Já nós trabalhadores pagamos com nossa saúde ou com a vida.

Os treinamentos de segurança são realizados contando para o número mínimo de setores. Um problema que ainda não encontrou uma solução. E não haverá solução sem tensionamento. Para a refinaria o melhor é que o operador realize os cursos sem o pagamento de horas-extras, seja para o próprio, seja para quem o cobrirá.

Em diversas unidades da refinaria há as famigeradas dobras de 24h ou mais devido a falta de efetivo. Alguns trabalhadores podem até se sentirem beneficiados pelo aumento da remuneração no mês seguinte. Porém se esquecem dos riscos à saúde e mesmo à segurança. Uma vez que é impossível um trabalhador ter a devida atenção aos parâmetros de segurança das unidades operacionais após uma jornada tão longa. Uma alternativa usada em outras unidades é o trabalho abaixo do efetivo mínimo. O que coloca a operação em

risco de segurança, além de sobrecarregar os demais trabalhadores do mesmo setor.

E para suprir a escassez de trabalhadores em horário administrativo os operadores são “convencidos” a trabalharem meses deslocados do horário de turno. Essa condição leva ao descontentamento e assédio àqueles que não admitem esse desvio de horário. Para as gerências da refinaria isso não é um problema já que dá resposta ao fraudulento OeM, que reduziu os números mínimos de segurança das unidades e criou a excrecência do operador de manutenção. Ao invés de contratar mais trabalhadores a Reduc optou por se valer do assédio moral para suprir essa demanda.

Para conquistar condições de trabalho adequadas precisamos de uma direção sindical efetivamente comprometida com os trabalhadores. À vanguarda cabe a obrigação de estar ao lado da categoria. Porém o que vimos desde a eleição da última gestão foi um afastamento do sindicato dos trabalhadores. O número de trabalhadores que já não querem participar de assembleias e atrasos vem crescendo lamentavelmente. A última paralisação, a despeito do que foi dito por muitos diretores da atual gestão, não foi um sucesso absoluto. Os operadores trabalharam normalmente ou mesmo mais durante suas jornadas. Em geral a categoria ainda não tem a confiança na direção tão necessária para as lutas que teremos pela frente!

Consciência de classe é fundamental para qualquer sindicalista. A relação entre patrões e as lideranças de classe dos trabalhadores exige um necessário afastamento, pelo antagonismo estrutural entre trabalhadores e patrões. A percepção de que o que beneficia a classe dos exploradores prejudica os explorados é pedra fundamental de qualquer ação sindical. Recuperar um sindicalismo classista é tarefa urgente. Essa é a missão inadiável dos trabalhadores na Reduc!

Por federações e sindicatos independentes!

A unificação das centrais deve ser feita na luta!

Fim dos PED!

Um novo, único e melhor plano salarial!

Por um ambiente de trabalho seguro e sem assédio!

TESE 5 - Petroleiros Socialistas

TESE DO COLETIVO NACIONAL PETROLEIROS SOCIALISTAS AO CONGRESSO DOS PETROLEIROS DE DUQUE DE CAXIAS 2025

Em defesa do Movimento Petroleiro com Independência de Classe e Unidade para Lutar

Vivemos hoje uma conjuntura mundial de grande instabilidade, marcada por uma economia descendente, a disputa Inter imperialista, Trump tentando recuperar a sua "ordem", a guerra comercial tarifária EUA x China, um ataque brutal às condições de vida da classe trabalhadora, emergência climática... e, como se não bastasse, guerras contra o povo palestino e ucraniano e crescimento da ultradireita.

Por outro lado, inúmeras mobilizações, da Argentina à Turquia, passando por Grécia e Síria e, mais recentemente, no coração dos EUA, mostram que a classe resiste com diferentes métodos de luta. A nova ofensiva israelense em Gaza, estimulada por Trump e anunciada como "Carruagem de Gideão" trata-se de um aprofundamento do genocídio e da limpeza étnica através da ocupação da Faixa de Gaza. Os petroleiros devem encabeçar a campanha "Nenhuma Gota de Petróleo para o Genocídio", em articulação dos demais sindicatos e movimentos sociais e pressionar o governo Lula a romper relações diplomáticas e militares com Israel - Fora Trump, Putin e Netanyahu da Palestina e da Ucrânia!

Lula, nem uma gota mais de petróleo para Israel!

Enquanto isso, com o Brasil assumindo um papel subalterno na divisão mundial do trabalho, nosso povo sofre na pele os efeitos da política econômica, carestia, preço dos alimentos e todas as mazelas consequências dos ajustes neoliberais e medidas que não foram revertidas por este governo, como as contrarreformas de Temer, e inclusive algumas aprofundadas. Apesar da declaração a favor do fim da 6x1, movimento que ganhou a simpatia da sociedade, Lula não se move para torná-lo realidade, mas segue aplicando o Arcabouço Fiscal. Para os grandes capitalistas, alta de juros, emendas e ministérios. Para os milhões de trabalhadores e aposentados, enrolação. Políticas neoliberais funcionam como um torniquete sobre os investimentos sociais. Ao impor limites rígidos aos gastos públicos em áreas essenciais como saúde, educação e assistência social, o Arcabouço garante, na prática, que a prioridade orçamentária seja o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública aos banqueiros e ao sistema financeiro. Isso não apenas impede o Estado de atuar efetivamente no combate à pobreza e à desigualdade, mas também perpetua o ciclo de subfinanciamento dos serviços públicos, precarizando ainda mais a vida da população que deles depende.

Por outro lado, os picaretas do Congresso, capitaneados pela direita tradicional e ultradireita, não se contentam e querem cada vez mais, enquanto dezenas de deputados da base do governo assinam o projeto a favor da anistia. Não pode haver anistia para golpista! É preciso prisão já, para Bolsonaro e demais envolvidos! Para impedir qualquer impunidade ou "acordão nos bastidores do poder" é fundamental que haja mobilização em massa dos trabalhadores para pressionar que todos sejam punidos.

O receituário neoliberal da Frente Ampla de Lula-Alckmin e um Congresso dominado pelo fisiologismo do Centrão não só não combatem como abrem caminho para a volta do bolsonarismo. Combater a ultradireita exige ir além da defesa da democracia burguesa formal. É preciso construir a mobilização da classe trabalhadora e dos setores populares independentes, com um programa que ataque os problemas concretos do povo (fome, desemprego, carestia) e dispute a consciência das massas. Confiar na Frente Ampla, nas suas relações com o Centrão e a burguesia ou nas instituições do regime é um erro que desarma e confunde a classe, e pavimenta uma estrada para o fortalecimento da própria ultradireita.

FORA, MAGDA! Os trabalhadores merecem respeito!

Depois de exaustivos meses sendo desrespeitados pela empresa, ouvindo mentiras e caindo em pegadinhas, está na hora de soltar aos quatro ventos o grito que está preso nas gargantas de cada um de nós, milhares de petroleiras e petroleiros,

- que tem que fazer greve para barrar o pacote de maldades de Magda;
- que foi ludibriado ao assinar o acordo de PLR para agora garfarem 30% na mão grande;

acionistas;

- que assiste revoltado quando Magda não resolve nada mas não esquece dos "extras" pros
- que está escandalizado com uma gestão totalmente a serviço dos bilionários;
- que se iludiu achando que a esta altura já estaríamos com novo plano de cargos;
- que se padece das mortes de colegas em acidentes estúpidos;
- que não aguenta mais pagar o PED assassino;
- que corre riscos por falta de efetivo;

Basta!

Uma presidente totalmente a serviço dos capitalistas e que não demonstra nenhuma empatia por seus empregados não pode gerir a maior estatal do país! Fora!

Se atacam nossos direitos para garantir os lucros, está na hora de atacar os lucros para garantir nossos direitos!

Lula mantém a "missão" da Petrobrás priorizando a distribuição de dividendos bilionários e segue com os leilões de petróleo! Não é possível que entra governo, sai governo, a Petrobrás segue tendo como principal objetivo enriquecer quem já é rico. Missão, aliás, cumprida com excelência por Magda.

Lula tem que recuperar a BR e demais ativos e parar com os leilões! O 5º Ciclo da Oferta Permanente vendeu blocos exploratórios, inclusive na Margem Equatorial. Temos que combater a continuidade da entrega de nossa soberania nacional, privatizações e terceirização. Magda distribuiu mais de 200% do lucro líquido aos acionistas, cerca de 20% do valor de mercado da Petrobrás. Com esse dinheiro entregue sem nenhuma contrapartida aos bilionários daria para adquirir de volta todas as empresas que foram privatizadas, incluindo BR Distribuidora, RLAM, REMAN, malhas de gás etc.

Não esqueçamos que 50% das ações da Petrobrás são capital estrangeiro e quase 2/3 são capital privado.

Drill, baby, drill!

Utilizando o slogan da campanha de Donald Trump, Magda corrobora a pressão dos governos, dos acionistas e das big sisters para se atropelar os riscos ambientais e explorar o "novo pré-sal" a todo vapor. As multinacionais estão ansiosas porque este licenciamento vai inaugurar uma série de autorizações. O Brasil tem 45 blocos de exploração de petróleo na Margem Equatorial. Eles foram leiloados em 2013, sendo que a Petrobrás ficou com 17 e a Shell, 11, sendo que a maior parte da exploração da estatal se dará em conjunto com a concorrente. Todos estamos preocupados com o crescimento da empresa e o desenvolvimento que ela pode induzir e também é verdade que a Petrobrás é uma das empresas com menor índice de acidentes de vazamento, assim como a emissão de gases de efeito estufa é responsabilidade também de outros setores, como o agronegócio, o qual o governo não hesita.

Entretanto, enquanto prevalecer a lógica de venda de campos de petróleo e priorização da remuneração de acionistas em detrimento de investimentos de longo prazo impondo um ritmo de exploração predatório focado unicamente em gerar caixa nenhum padrão de segurança será verdadeiramente respeitado e qualquer discurso de "desenvolvimentismo" será insustentável, o que torna o que tem levado a várias organizações de esquerda e movimentos ecossocialistas a se oporem ao avanço das atividades petrolíferas nesta área. Ao invés de acelerar o cronograma de novas explorações, procurar pôr-nos de acordo sobre o tempo e o investimento necessário em um projeto de transição energética, executado por uma Petrobrás 100% estatal e quanto e em que ritmo será necessário ou não avançarmos sobre as novas fronteiras, quais os riscos e quais os benefícios trará de fato para o povo brasileiro e não com o pensamento atual de acionistas first.

Propostas de resolução

- Construir uma grande campanha com a FUP, FNP, CSP-CONLUTAS e demais entidades e fazer um chamado aos movimentos sociais para denunciar os leilões dos blocos exploratórios, sendo que

vários deles são na Margem Equatorial.

- Nenhuma gota de petróleo nem para as multinacionais nem para o setor privado!
- Realizar, um seminário sobre meio-ambiente, efeito estufa, emergência climática, transição energética, exploração das novas fronteiras e demais temas relacionados.

Cadastro de reservas

- Exigir a convocação imediata e integral de todos(as) os(as) aprovados (as) que constam no cadastro de reservas dos últimos concursos públicos realizados pela Petrobras e pela Transpetro. Esta medida é fundamental e urgente para recompor o efetivo mínimo necessário nas empresas, suprimindo a carência de pessoal agravada por anos de redução de quadros e políticas de enxugamento, de forma a garantir a segurança operacional, a eficiência das atividades, combater a sobrecarga de trabalho e o adoecimento da força de trabalho atual, além de respeitar o direito dos(as) concursados(as) aprovados(as) e otimizar os recursos públicos já investidos na realização dos concursos, fortalecendo as companhias estatais contra a precarização e a terceirização.

Contra a Terceirização da Operação nas FAFEN's e nas FPSO's

O movimento petroleiro tem uma bandeira, muito importante, contra a terceirização e pela primarização da força de trabalho na Petrobrás. Neste momento passamos por um momento bastante perigoso, com o aprofundamento da terceirização, a empresa anunciou a retomada das FAFEN's Bahia e Sergipe, entretanto, todas as atividades de operação e manutenção serão terceirizadas. Um precedente bastante perigoso, pois, até então, a terceirização de operação, nas unidades em terra, era um tabú.

É necessário barrar a terceirização da operação e manutenção das FAFEN's e reverter a terceirização de operação nas FPSO's!

- A Petrobrás deve retomar a operação das FAFEN's Bahia e Sergipe com mão de obra própria de operação e manutenção, assim como as atividades de apoio.
- A Petrobrás deve criar um cronograma para reverter o afretamento das FPSO's, retomando a operação, manutenção e atividades de apoio com mão de obra própria.
- Para tanto, a Petrobrás deve zerar o cadastro de reserva dos concursos, abrir novos concursos e investir na formação e treinamento dos trabalhadores.

Petrobrás, pague sua dívida e acabe com os PEDs assassinos!

Desde antes da criação de um GT para discussão de alternativas à situação dos PPSP's até à atual Comissão Quadripartite, é consenso que os PEDs que tanto sacrificam a Categoria advêm, principalmente, de dívidas da Patrocinadora. Há consenso ainda de que a maneira inquestionável de a Petrobrás fazer aportes financeiros aos PPSP's é através de Acordos/Decisões nas diversas Ações que os Sindipetros e Associações mantêm contra a Petrobrás que, por sua vez, chantageia a categoria com a condição de migração para um novo plano Plano CD, em prejuízo para os participantes.

Há dois aspectos relevantes em um possível Acordo: primeiro, definição exata ao que se está dando quitação pelo Acordo, já que podem existir dívidas ainda "ocultas", e qual o valor que nós damos à Ação para avaliar o "desconto" que estará implícito, já que em um Acordo cada lado perde um pouco; segundo, já que nossas Ações são todas em nome dos PPSP's contra a Petrobrás, como é possível que apenas os migrantes se beneficiem do resultado de tal Acordo? Ou os "ficantes" poderão manter essas ações?

Não há que se aceitar previamente qualquer proposta como "última saída" sem que todas as cartas estejam na mesa de fato e, mais que nunca, há de se unir aposentados e ativos e mobilizar a categoria porque negociação sem mobilização, sem pressão sobre o governo e o judiciário, além da direção da própria empresa, é deixar a empresa muito à vontade para continuar remunerando pomposamente os bilionários e apertando o cinto de todos nós.

Para defender os interesses dos trabalhadores, o Sindipetro Caxias não pode estar atrelado

a nenhum governo ou patrão

Um sindicato precisa ser independente do governo e da gestão da empresa para poder defender incondicionalmente - e até o fim - os interesses e necessidades dos seus representados. Ao condicionar sua atuação às diretrizes de seu partido, do governo e da gestão, este tipo de dirigente subordina nossas necessidades às exigências do Centrão, dos acionistas bilionários e da troca de favores eleitorais. Avançar ou recuar na luta passa a ser determinado pelos acordos nos gabinetes e não pela vontade ou capacidade de mobilização dos petroleiros em cada local de trabalho.

INDEPENDÊNCIA... PRA VALER!

A atuação do nosso sindicato deve ser pautada pela combatividade e independência diante de governos e patrões, sem permitir que projetos eleitorais interfiram no enfrentamento, sem comprometer sua independência política. Assim como deve combater qualquer ameaça golpista, como a de 08/01.

O sindicato tem que ter uma orientação política que parte da defesa intransigente da pauta da categoria e não da mobilização em defesa do governo (e da gestão) contra "a direita". Claro que, frente a um golpe em andamento, não há dúvidas que o papel do sindicato seria defender a manutenção do governo eleito. Entretanto, transformar um inimigo real, em uma justificativa multi-uso para blindar o governo e silenciar críticas e exigências, é um grande desserviço aos trabalhadores.

Não podemos cair no discurso de atrelamento disfarçado, que diz que o programa da Frente Ampla estaria "a serviço do povo" e que o nosso papel seria "mobilizar os trabalhadores para apoiar o governo" na aplicação deste programa. Também não devemos fazer apologia das mínimas medidas "progressivas" e relativizar, passar pano ou colocar para debaixo do tapete as "impopulares"; ou agitar uma narrativa desproporcional aos fatos para "esperançar" o trabalhador.

Não estamos propondo que o Sindipetro Caxias passe a ser "oposição ao governo". O papel de um sindicato é fazer lutas, exigências e arrancar direitos para os trabalhadores. Os trabalhadores têm várias perspectivas acerca do governo Lula. Algumas carregadas de ilusões! Por isso que o sindicato tem que ter as mãos livres para transformar toda a quebra de confiança, desilusão e insatisfação em pautas, bandeiras e plano de ação para avançar na luta em defesa da Petrobrás, dos direitos dos petroleiros e dos trabalhadores como um todo.

UNIDADE... PRA LUTAR!

Assim como "independência", outra palavra que todos concordam é "unidade". Mas o que entendemos por unidade pode ser muito diferente. Para nós, unidade é para lutar em torno das bandeiras da categoria. Não serve a unidade para paralisar e enrolar a categoria. Além disso, a unidade deve envolver o conjunto da categoria nas discussões e nas decisões. A unidade deve ser construída pela base, não apenas em reuniões de cúpula sindical que em muitas ocasiões serve apenas para desmobilizar.

Precisamos fazer o debate sobre um dos principais entraves do movimento petroleiro. Não podemos agir como se o fato de dirigentes terem passado para o outro lado do balcão, não influenciasse em nada.

O script, já conhecemos: antes do apito final, antes de chamar o VAR, antes mesmo de terminar o 1º tempo, quando o RH bate na mesa, chega-se à conclusão que "não há clima e que "chegamos ao limite", seguido pela comemoração da "vitória" e algumas horas depois uma assembleia relâmpago em algum canto do país já aprovou a proposta e, em menos tempo que você demora para abrir o notebook, tem um e-mail informando que os sindicatos x, y e z já assinaram...

Nosso sindicato tem que sair desse roteiro, não dá pra continuar seguindo cegamente os indicativos da FUP. Temos que estar unificados com a FUP (e com a FNP), para organizar e fortalecer a luta, não para sabotá-la. Os petroleiros sabem bem em torno de quê giram as reuniões, de petit comité, com a direção da empresa.

A ocupação de cargos gerenciais por ex-sindicalistas não garantiu o controle da empresa pelos trabalhadores, mas sim o controle dos sindicatos pelos patrões.

O Sindipetro Caxias tem que se posicionar contra esse teatro, que nada tem a ver com a unidade para lutar, que é exigida pela categoria. Temos que ser os campeões da unidade para lutar, mas os mais ferrenhos ini-

migos da unidade com os patrões.

As falsas e regressivas "unidades"

Temos que estar alerta contra resoluções propositalmente superficiais, que apenas afirmam a vontade de "unificar as federações", sem dizer como nem pra quê. Uma resolução oca não pode servir pra muita coisa.

Sem definir as bases programáticas da unificação, ou ela não vai acontecer ou vai vigorar ainda mais o "quando um não quer, dois não lutam". Por outro lado, essa resolução oca, a qualquer momento, será preenchida entre amigos, enquanto negociam micropoderes, sem ter que ouvir mais ninguém. É a unidade modelo "na volta a gente compra"

Temos que ficar atentos com relação à propostas explícitas ou disfarçadas que sugira acordo com o que apelidamos de "protocolo fantasma", um rol de exigências da FUP para se sentar à mesa única, que impõe a mordança (proibiria a FNP, ou qualquer sindicato, de publicar sua opinião) e a camisa-de-força (obrigaria todos os sindicatos a seguir o indicativo da FUP). É a unidade modelo "paz dos cemitérios".

Por que a direção da FUP dividiu os petroleiros? Como surgiu a FNP?

Quando um grupo se utiliza de todos os meios para controlar uma federação, mediante fraude, e fazer valer a vontade do patrão, está condenando a entidade. Foi isto que aconteceu em 2006.

O maior conflito, na época, era a chamada "Repactuação" e havia um hercúleo esforço da Petrobrás para conseguir retirar parte do direito da aposentadoria de milhares de trabalhadores. Comprando o barulho do RH, sem titubear, a direção da FUP perseguiu os dirigentes que se opuseram e, ao arrepio do estatuto, impediu a participação, do congresso, de dois sindicatos filiados (AL/SE E PA/AM/MA/AP) e não atendeu ao apelo de outro para que não se votasse o apoio à Repactuação, uma perda histórica e irrecuperável da categoria, bilhões de economia para os acionistas. Para poder "tratar" com a força necessária e garantir as ordens do governo, a corrente majoritária sepultou definitivamente a democracia interna da entidade. Mostraram que não haveria mais espaço de disputa dentro da entidade em torno dos temas que interessam à direção da empresa. Foi assim que a direção da FUP rachou a unidade nacional petroleira e foi assim que, para reconstruir uma direção independente, democrática e de luta, criou-se a FNP.

Alguns critérios e passos nítidos e concretos para pavimentar o caminho da união da categoria

- Independência de verdade de qualquer governo, partido ou patrão;
- Fronteiras nítidas entre os papeis antagônicos de sindicalista e gestor;
- Força da mobilização como critério para avançar ou recuar e não acordos em petit comité com a empresa;
- Nitidez e transparência na relação com os patrões;
- Mesa única de negociação;
- Calendário unificado de lutas;
- Comando de Greve Nacional eleito nas assembleias;
- Liberdade de opinião e autonomia dos sindicatos;
- Assembleia Nacional para avaliação do ACT, com soma de votos de todas as bases, com um resultado único e todos os sindicatos assinando (se for o caso) no mesmo dia, após o resultado;
- Democracia e transparência nas votações;
- Rejeitar propostas que visem o cerceamento do debate e das deliberações, bem como abstrações que deságum na mesma política de submeter todos os sindicatos e a base da categoria à tutela dos governos e gestores;

- A partir destes entendimentos e da experiência prática da ação conjunta, construção de um protocolo que possibilite uma unificação da categoria petroleira, ou melhor relacionamento entre as federações, que reflita a representatividade, peso real, que respeite e busque combinar as tradições de funcionamento de cada federação etc.

Comando Nacional de mobilização

O nosso sindicato deve chamar a organização de um comando nacional de mobilização, composto por delegados de cada unidade, eleitos em assembleias de base e as direções de cada sindicato.

Dessa forma, na prática, poderemos avançar na necessária unidade na luta da categoria, dando mais um passo nesse sentido. Devemos propor uma campanha de ACT unitária, com comando de mobilização unificado, mesa única de negociação e assim, com essa experiência, poderemos ter novos elementos para deliberar pela realização de seminários e/ou outras ações e fóruns unitários das bases, sindicatos e federações.

Nesse sentido, é necessário que o Sindipetro Caxias, participe do chamado pelo Comando Nacional, aprovado no último congresso da FNP e leve este chamado ao congresso da FUP. E no caso da FUP não aceitar participar da organização de uma iniciativa de nacional unitária, para a campanha do ACT, é fundamental que o Sindipetro Caxias participe do comando chamado pela FNP e da organização da campanha, que venha a ser construída pela FUP, com o intuito de trabalhar pela unificação das iniciativas.

Comando local de mobilização

O Sindipetro Caxias precisa organizar um comando local de mobilização, constituído pela direção do sindicato e por representantes da base eleitos em assembleias, para organizar a mobilização do ACT. Além do ACT, este comando deve ser o embrião de um Conselho de Representantes de Base, para organizar as lutas cotidianas da categoria.

Organizar a luta contra o machismo, racismo, lgbtfobia, capacitismo, etarismo e toda forma de preconceito, opressão e exploração!

O sistema capitalista se aproveita e retroalimenta as diferenças que existem entre os trabalhadores para aprofundar os mecanismos de opressão da classe (racismo, machismo e LGBTfobia) e o capitalismo são elementos interligados, por isso a necessidade de enfrentar essa relação com uma pauta que contemple dimensões raciais, sociais e econômicas. O Capitalismo trata as diferenças entre pessoas como desigualdades, com o objetivo de super explorar um setor da classe trabalhadora, e assim rebaixar as condições de vida do conjunto da nossa classe. Por isso, a unidade da classe trabalhadora, homens, mulheres, negros e negras, LGBTs e transgêneros, indígenas, imigrantes é imprescindível para combater este sistema de exploração e opressão.

A extrema direita, com figuras nefastas como Bolsonaro, Damares e setores conservadores, legitimam ações de violência através de pronunciamentos, comportamentos preconceituosos e discriminatórios. E mesmo fora da presidência, continuam disseminando a homofobia para ganhar apoio do setor conservador. Por outro lado, o governo Lula/Alckmin, formado por uma frente amplíssima e de conciliação de classe, não conseguirá atender as demandas dos setores oprimidos.

Nosso sindicato deve estar na vanguarda na luta contra o machismo, racismo, xenofobia, LBTIfobia e todas as formas de discriminação e opressão

- Denunciar e combater qualquer forma de violência machista, racista e LGBTIfóbica.
- Dar formação sobre os temas das opressões com objetivo de possibilitar o avanço na consciência dos/das dirigentes sindicais, ativistas petroleiros, e da base do nosso sindicato para fortalecer o combate ao machismo, racismo, xenofobia, LBTIfobia
- Cobrar da Petrobras o devido tratamento aos casos de assédio, violência no trabalho tanto para os empregados diretos quanto para os terceirizados, sem qualquer de represália

Machistas e misóginos - Não passarão! Para enfrentar a opressão e a exploração capitalista,

organizar as mulheres trabalhadoras

Nós, mulheres trabalhadoras, que sofremos muitos ataques e vimos crescer os discursos reacionários da ultradireita, machistas e misóginos, torcemos para a prisão de Bolsonaro e vamos militar para que sua laia jamais volte ao poder. Mas acreditamos que as conquistas só virão com muita mobilização, porque este governo de Frente Amplíssima não atende a uma das principais demandas das mulheres trabalhadoras a revogação integral das reformas e utiliza pautas históricas, como a legalização do aborto, em negociações com o centrão e os setores conservadores.

A luta contra as opressões é uma luta de petroleiras e petroleiros, pois nossa classe é composta pela diversidade de gênero, raça/etnia e orientação sexual, e estamos todos sob o jugo da exploração capitalista. Para além do identitarismo - nossa libertação é a libertação de toda a classe trabalhadora e vice versa

Algumas organizações feministas, baseadas em uma concepção policlassista e reformista, ignoram ou secundarizam o recorte de classe, fazendo com que a luta contra o machismo seja uma luta contra os homens. Com isso, canalizam nossas demandas apenas para medidas institucionais e que reforçam as estruturas do capitalismo. Para as Petroleiras Socialistas, este combate também se dá levando em conta as classes sociais, pois a opressão é um instrumento que tenta justificar ou legitimar uma exploração ainda maior dessa enorme parcela da classe trabalhadora. Não à toa, a burguesia apropria-se das ideias fundamentais para nossa luta de "inclusão", "busca da diversidade", "empoderamento", "lugar de fala" etc., para tentar limitar e não promover! - o papel das mulheres, quando crescem a indignação e a luta contra as opressões, para desviá-las por meio de algumas concessões e da domesticação dos movimentos e suas organizações.

Obviamente, os direitos democráticos e imediatos significam conquistas contra a opressão. Mas é preciso ser consciente que essas concessões serão parciais e retiradas na primeira crise. Isso significa que nossa libertação é a libertação de toda a classe trabalhadora.

Unidade das petroleiras para lutar

- Retomar, atualizar e iniciar um plano de ação pela pauta do Encontro Nacional das Mulheres FNP e FUP 2023
- Contra todo discurso de ódio às mulheres.
- Prisão aos golpistas!
- Revogação já das reformas trabalhista e previdenciária que aprofundam as desigualdades sobre mulheres trabalhadoras
- Educação sexual e acesso a contraceptivos para decidir, aborto legal e seguro para não morrer
- Que a composição das comissões de investigação de assédio contra mulheres seja majoritariamente feminina
- Garantia de estabilidade e medidas protetivas às mulheres denunciadoras de assédio
- Opção de teletrabalho integral para lactantes até 36 meses
- Opção de teletrabalho integral para mães e pais de filhos com deficiência
- Garantia de parto humanizado na AMS
- Salas de amamentação em todas as unidades, todos os dias da semana
- 40h/ano por ano para acompanhar filhos e/ou dependentes em tratamento de saúde
- Abono de dias para acompanhamento de filhos e/ou internações médicas
- PAE - celeridade e validade das autorizações de tratamento por no mínimo 12 meses

Conheça o Coletivo Petroleiros Socialistas!

O desemprego estrutural, a miséria crescente para a classe trabalhadora de o todo mundo, as diversas guerras de agressão que ocorrem no mundo nesse momento, o genocídio contra o povo palestino, os ataques aos povos indígenas e quilombolas, as queimadas, o aquecimento global e o colapso ambiental, deixam bastante evidente a falência do capitalismo.

E, inclusive, cada avanço tecnológico, ao invés de significar um avanço nas condições de vida de cada um, produção mais barata e em menos tempo de trabalho necessários, torna-se uma ameaça, uma ferramenta para maior exploração, maior produção com menos empregos.

O capitalismo fracassou e seus defensores ainda reconhecem isso, propondo melhorias, reformas e paliativos. Soluções mágicas que inclusive já foram testadas e fracassaram, em momentos em que talvez tivessem chance de mostrar um resultado aparente um pouco melhor.

Entendemos que só acabaremos com as mazelas do capitalismo a partir de uma revolução social, que altere totalmente essa lógica do lucro, e coloque as riquezas a serviço de quem as produz. Esta nova forma sociedade, chamamos de socialismo e lutamos por ela, por isso nos denominamos Petroleiros Socialistas. Junte-se a nós!

Contatos: Fernando Ramos (21) 98006-7065 / Hugo Vioto (71)98153-1111

Propostas da Base

DAS ASSEMBLEIAS E ENVIADAS POR EMAIL

ACT e Pendências

- ▶ Fim do Banco de Horas
- ▶ HETT: Aumentar a média, garantir que o que exceder seja pago
- ▶ Reajuste real no salário base e na RMNR
- ▶ Fim do SALDO AF
- ▶ Adicional para Fiscal de Contrato. Condições de trabalho e segurança jurídica no exercício da fiscalização
- ▶ Periculosidade para valer e embutida na RMNR para trabalhadores de Unidades Operacionais, respeitando a Lei.
- ▶ Reposição de perdas no VR/VA e reajuste periódico
- ▶ Volta do Programa Jovem Universitário
- ▶ Vigência do Acordo (Anual x Bianual)
- ▶ Alterar o parágrafo 3º da Cláusula 3 sobre VPDL para Anistiados de modo que seja removida a menção a “última remuneração”
- ▶ Fornecimento de alimentação para os trabalhadores que atuem em horas-extras por interesse da empresa
- ▶ Abono de dias para incentivo à doação de sangue, plaquetas e medula. (Doação de sangue 2 dias, plaquetas 3, medula 4 dias)
- ▶ Incentivo ao exame de prevenção contra câncer de próstata: voltar com os dias de abono por ano como era antigamente
- ▶ Volta do programa de incentivo de atividades físicas para os brigadistas como era disponibilizado anteriormente e previa reembolsos de valores adequados para os custos de manutenção da forma física para a função
- ▶ Devolver o Desconto da Greve de 26/03/25 e não descontar nenhuma Greve futura.
- ▶ Avanços na Inspeção e Manutenção das Unidades Operacionais, inclusive para redução de acidentes.
- ▶ Férias: O empregado poderá dividir suas férias em até 3 períodos, não havendo limite de dias além do estabelecido na CLT. O empregado além de poder dividir suas férias em até 3 períodos, também poderá vender 1/3 das férias e dividir os outros 2 períodos
- ▶ Implementação de um adicional de qualificação para profissionais de nível técnico que tenham nível superior completo, ou aqueles profissionais de nível superior que tenham pós graduação, mestrado ou doutorado.
- ▶ Alterar a cláusula a respeito do Sobreaviso Parcial para o seguinte texto : “A Companhia garante o pagamento das horas de sobreaviso parcial, remuneradas com 1/3 (um terço) do valor da hora normal, considerando como base de referência de remuneração, a soma da Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR) com o Adicional por Tempo de Serviço (ATS), ao empregado designado a permanecer à disposição da Companhia, fora do local de trabalho, nos períodos de folga ou repouso, aguardando chamada”

REGIME E FREQUÊNCIA

- ▶ Local do Ponto na entrada do estabelecimento por Acordo

- ▶ Garantia de efetivo mínimo de operação para as UTEs
- ▶ Recomposição de efetivo de manutenção, engenharia e administrativo
- ▶ Disponibilizar a opção de teletrabalho para realização de treinamentos da modalidade virtual
- ▶ Acrescentar a Tabela de Turno do TEMADRE (719F719FFFFF) na lista de tabelas de turno do ACT da Petrobras*
- ▶ Contra a mudança do PHT: Parada e deslocados do turno para o H.A. Mudança de horário do H.A. a revelia e sem acordo;
- ▶ Pelo regime de turno na Manutenção e Inspeção
- ▶ Pela nossa proposta de Adicional de Dutos, que inclui a Inspeção, SMS, Creduto e PPO
- ▶ Fim da prioridade dos supervisores do turno para marcar férias

AMS E PETROS

- ▶ FIM dos Equacionamento da PETROS (PEDs Assassinos)
- ▶ Defesa das entidades representativas no Fórum em Defesa da PETROS para resolução do Equacionamento
- ▶ Assistência Médica para aposentados e pensionistas da Petroflex e Nitriflex (ênfase aos sobreviventes da explosão da REDUC de 31/03/1972. Inclusão dos aposentados e pensionistas oriundos das empresas Petroflex e Nitriflex no rol de beneficiários do plano de assistência médica da Petrobras, com os mesmos critérios atualmente aplicados aos empregados anistiados
- ▶ Petrobras e demais patrocinadoras paguem suas dívidas com a PETROS!
- ▶ Que a Petrobras atenda todas as premissas do Fórum em Defesa dos Participantes da PETROS
- ▶ AMS voltar a auto-gestão pelo RH mantendo os Benefícios atuais com melhorias, como o Benefício Farmácia, Plano PAE etc.
- ▶ Voltar a tabela antiga da AMS (menor salário e maior idade, paga menos)
- ▶ Manutenção da cláusula de 2% da AMS sobre a remuneração variável
- ▶ Aumento do valor do reembolso por livre escolha na AMS
- ▶ Revisão da forma de aplicação da política de Preço Máximo ao Consumidor no Benefício Farmácia
- ▶ AMS para pai e mãe
- ▶ Voltar regra que existia nos acordos anteriores de pagamento de plano de saúde para ex-cônjuge com a regra que existia na época da adesão (50-50)
- ▶ Recomposição das perdas salariais acumuladas dos trabalhadores aposentados
- ▶ Atualizar a tabela de referência de valores para terapias da PAE pois há está anos defasada.
- ▶ Aumentar a representação dos trabalhadores na Petros
- ▶ Que a Petrobras aporte integralmente à PETROS todos os impactos atuariais, provocados por qualquer alteração de política de RH.

EFETIVO, TRANSFERÊNCIAS, TRANSFERIDOS, NOVOS EMPREGADOS

- ▶ Regramento de Transferências ser regulado pelo ACT garantindo isonomia, critério técnico, liberação por parte da gerência e cronograma de treinamento

- ▶ Inclusão do Cargo Téc. de Bens e Serviços na realização de novos Concursos
- ▶ Fortalecimento do quadro de funcionários por meio da convocação integral dos aprovados no cadastro de reserva do último Processo Seletivo Público (PSP 2023.2).
- ▶ Luta em Defesa dos Novos Empregados: APT, condições de trabalho, localização profissional etc.;
- ▶ Transferidos: Pela garantia dos trabalhadores voltarem para seus estados de origem, com a Reestatização da RLAM e retorno das FAFENS, priorizar o retorno dos trabalhadores que foram transferidos;
- ▶ Recomposição do efetivo e fim do O&M;
- ▶ Efetivo mínimo do turno de 5 operadores sem contar o supervisor na UTE-TRI

MOVIMENTO PETROLEIRO

- ▶ Comando Nacional de Negociação e Mobilização com todos os sindicatos
- ▶ Pauta única, mesa única, fórum unitário dos sindicatos e um congresso unitário da categoria;
- ▶ Defender que a negociação do Plano de Cargos seja feita em mesa única, com pauta única;
- ▶ Que todos os GTs constituídos com as empresas sejam compostos por representações unificadas entre FNP e FUP;
- ▶ Coerente com a bandeira da reunificação das federações, o CONDUC autoriza a direção do Sindipetro Caxias participar como observador, quando for convidado, dos fóruns da FNP.
- ▶ Criar o movimento nacional pela unificação das federações;
- ▶ Este movimento deverá atuar pela construção do debate nacional pela reunificação das federações, apontando caminhos e construindo sínteses rumo a uma nova federação unitária da categoria petroleira: de luta, independente e democrática;
- ▶ Seminário para construir a unificação da categoria
- ▶ Encaminhar para o Seminário que discuta, como uma das propostas, a realização de Assembleia Nacional para avaliação dos ACTs, com a soma de votos de todas as bases, com um resultado único e todos os sindicatos assinando ou não no mesmo dia, após o resultado. Força da mobilização como critério para avançar ou recuar e não acordo com a empresa
- ▶ Propostas para a unificação das Federações:
- ▶ Comando único nacional pela base.
- ▶ Eleição de delegados pela base, respeitando a representatividade e a proporcionalidade.
- ▶ Democracia nas deliberações
- ▶ Independência dos patrões
- ▶ Liberdade de opinião e autonomia dos sindicatos

DIVERSIDADE, ASSÉDIO E LUTA CONTRA AS OPRESSÕES

- ▶ Referendar a pauta unitária de mulheres FUP e FNP
- ▶ Licença maternidade de 6 meses para todas (próprias e terceirizadas)
- ▶ Licença Paternidade de 4 meses
- ▶ Garantia de Parto Humanizado na AMS.
- ▶ Garantia de acompanhamento de dependentes em situação de adoecimento.
- ▶ Salas de amamentação em todas as unidades do Sistema Petrobras.

- ▶ Melhorias no PAE: celeridade e aumento da validade das autorizações para 12 meses.
- ▶ Sindicato terá como princípio a luta contra as opressões.
- ▶ Por um feminismo classista, pela luta antirracista decolonial, contra a LGBTfobia e o capacitismo e todas as formas de divisão da classe!
- ▶ Participar, incentivar, buscar e promover atividades de conscientização e formação dessas lutas, como o 8M, 21 dias, Dia do Orgulho, dentre outros, além de encontros do movimento petroleiro unitário.
- ▶ Promover o combate a todo tipo de assédio, apoiando as CIPA das bases e constituindo comissões internas no sindicato para avaliação de toda denúncia desse tipo.
- ▶ Construir política de enfrentamento das contradições dos princípios liberais de inclusão e diversidade promovidos pela companhia
- ▶ Organizar Secretaria de Combate às opressões do sindicato, para organizar e fortalecer luta das mulheres, negras e negros e LGBTIAPN+ da categoria.
- ▶ Formação política tanto para os dirigentes sindicais quanto para a categoria sobre a necessidade do combate às opressões sob uma perspectiva classista.

DEFESA DO SISTEMA PETROBRÁS

- ▶ Incorporação das Subsidiárias (TRANSPETRO, PBIO, TBG, TERMOBAHIA)
- ▶ Primeirização da mão de obra - Concursos
- ▶ Aprovar a pauta dos demitidos da BR
- ▶ Primeirização nas plataformas afretadas e FAFENs
- ▶ Propor que a empresa realize projeto ambiental na região da Reserva de Tinguá
- ▶ A PETROBRAS e subsidiárias pagarão a PLR com denominação de PLR e será para a holding e subsidiárias de forma igualitária e linear.
- ▶ Gestores eleitos pela categoria
- ▶ É necessário lutar por um investimento sério em energias renováveis; pela volta do monopólio estatal do petróleo; pela reestatização da BR Distribuidora, TAG, NTS, Liquigás e de todos os ativos que foram entregues ao capital privado.
- ▶ A Petrobrás deve ser utilizada para melhorar a qualidade de vida da população trabalhadora. Por isso, além de organizar os petroleiros, para fortalecer a luta em sua defesa, é necessário disputar a consciência dos demais trabalhadores e trazê-los para a nossa trincheira.

MOBILIZAÇÃO SINDICAL E LUTAS

- ▶ Campanha de Sindicalização Permanente nas bases;
- ▶ Implantar formação política no sindicato para toda categoria

SAÚDE, SEGURANÇA E CONDIÇÕES DE TRABALHO

- ▶ Investigação de Acidente de Segurança de Processo com participação da CIPA e Sindicato
- ▶ Que a empresa crie um programa para reduzir os estresse térmico, da exposição da Sol e do calor extremo, observando as NRs
- ▶ Efetiva prática da Agenda ASG e não só discursos, respeitando os trabalhadores que geram todo o dinheiro para Empresa e também o Meio Ambiente, tanto do Trabalho quanto Externo, ampliando as práticas de Sustentabilidade Socioambiental

- ▶ Enquadramento pela empresa dos agentes químicos responsáveis pela concessão da Aposentadoria Especial
- ▶ Inclusão do risco no benzeno nos PPPs dos técnicos em manutenção e de operação do TECAM
- ▶ Microônibus para o turno com banheiro
- ▶ Curso para Cipeiros promovido pelo sindicato do ponto de vista dos trabalhadores.
- ▶ Chega de acidentes e subnotificações!
- ▶ É necessário uma investigação séria e reconhecimento das doenças do trabalho.
- ▶ Participação dos representantes eleitos das CIPAS nas investigações de assédio moral e assédio sexual, indicados pelos eleitos
- ▶ Campanha sobre segurança e saúde do trabalhador. Pesquisa/enquete que faça o levantamento junto a categoria, ativa e aposentada, dos históricos e das condições de trabalho.

CEPE-CAXIAS | 28 de Junho de 2025

XVII **CONDUC 2025**



www.sindipetrocaxias.org.br